

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 99
Outubro – 2008

S U M Á R I O

- 3 **Geórgia e Rússia: conflito no Cáucaso ou entre Oriente e Ocidente?**
Georgia and Russia: conflict in the Caucasus or between the East and the West?
JOÃO FÁBIO BERTONHA
- 6 **Crise econômica, porém não militar**
Economic crisis, not military
VIRGÍLIO ARRAES
- 8 **A Quinta República em 2008: o que se comemora no marco da Constituição Francesa de 1958**
The Fifth Republic in 2008: which celebrations in the milestone of the French Constitution of 1958
ANTÔNIO CARLOS LESSA
- 10 **O Brasil em um mundo de múltiplas geometrias**
Brazil in a world of multiple geometries
JOSÉ ROMERO PEREIRA JÚNIOR
- 12 **O papel das Nações Unidas na questão do Chipre**
Role of the United Nations on the Cyprus question
ADALGISA BOZI SOARES
- 15 **Aproximação Rússia-Venezuela: quando o regional e o global se misturam**
Dialogues Russia-Venezuela: when regional and global are intertwined
ARTUR ANDRADE DA SILVA MACHADO
- 19 **A busca pela posse de petróleo e a instabilidade do Delta do Níger**
Attempts to oil possession and instability at the Niger delta
EVANDRO FARID ZAGO
- 23 **A crise norte-americana: inovações versus ortodoxia na construção de uma nova ordem econômica internacional**
The North-American crisis: innovations versus orthodoxy in the construction of a new international economic order
JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO9
- 26 **McCain & Obama versus a administração Bush: economia e segurança nacional**
McCain & Obama versus the Bush administration: economy and national security
JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO
- 28 **A crise financeira mundial e a América Latina: pragmatismos sem teses inovadoras**
The world financial crisis and Latin America: pragmatisms without innovating thesis
JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO
- 32 **Relações Caracas-Moscú: implicações da presença russa no mar do Caribe**
Relations Caracas-Moscow: implications of the Russian presence in the Caribbean Sea
PABLO P. SAMPEDRO ROMERO
- 35 **Perspectivas para a resolução de um conflito: a retomada das negociações no Chipre e a relevância da UE**
Perspectives to the resolution of a conflict: the renewal of the negotiations in Cyprus and the relevance of the European Union
RAFAEL DA SOLER
- 39 **O Prêmio Nobel da Paz e a Conjuntura Internacional**
Nobel Peace Prize and the International Conjuncture
ROBERTA CRISTINA IZZO
- 41 **Crise política na Bolívia: reflexo de um país dividido ou de um Estado sem nação?**
Political Crisis in Bolivia: the consequence of a divided country or of a State with no nation?
RODRIGO WIESE RANDIG
- 47 **A corrida eleitoral entre Obama e McCain: propostas para política comercial**
Electoral dispute between Obama and McCain: proposals to the trade policy
FILIPE MENDONÇA; THIAGO LIMA
- 49 **Tailândia: da democracia imperfeita à democracia funcional**
Thailand: from an imperfect democracy to a functional democracy
WILSON TADASHI MURAKI JUNIOR
- 54 **O liberalismo está em apuros?**
Is liberalism ceasing to exist?
XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO

Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

ISSN 1518-1219

No. 99 – Outubro – 2008

Como contribuir

1. O Boletim publica artigos de análise de conjuntura e resenhas de livros;
2. As contribuições devem conter cerca de 7.000 caracteres (incluindo espaços) e devem ser apresentadas em processador de textos de uso universal;
3. Não devem ser usadas notas de rodapé. No caso de citação de bibliografia, usar o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do artigo;
4. As contribuições podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
5. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
6. No caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
7. As contribuições devem vir acompanhadas de:
 - a. 3 palavras-chave em português e 3 key words em inglês;
 - b. Título em inglês;
 - c. Resumo em português e abstract em inglês, ambos com até 20 palavras.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, com avaliação de pelo menos dois pareceristas, escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema de duplo cego (blind review). Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a modificações no trabalho.

O processo de análise editorial se estende por cerca de 5 (cinco) dias úteis e os artigos aprovados são imediatamente publicados no site e depois consolidados na edição em formato PDF, lançada até o final do mês subsequente.

As submissões se dão por intermédio de formulário específico, acessível em <http://meridiano47.info/como-publicar/>

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite <http://www.ibri-rbpi.org>

Os artigos publicados em Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais estão indexados nos seguintes serviços internacionais:

- Fuente Acadêmica (Ebsco Publishing);
- Informe Acadêmico (Cengage Gale Learning);
- Academic OneFile (Cengage Gale Learning).

Política Editorial

Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais publica contribuições inéditas na forma de artigos científicos breves e resenhas de livros. Editado pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, o Boletim não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários nacionais ou estrangeiros. As opiniões expressas nos trabalhos publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores e não traduz a opinião ou o endosso do IBRI.

O Boletim publica trabalhos cuja temática se situe na grande área de relações internacionais, em que se compreende Política Internacional e Comparada, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e da Política Exterior e Economia Política Internacional.

Todos os artigos serão submetidos a arbitragem científica, em sistema de duplo cego (blind review), com avaliação de pelo menos dois pareceristas escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada. Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a ajustes na forma, estrutura ou conteúdo, ou mesmo negá-la. Neste processo o anonimato dos autores e dos pareceristas é garantido.

A publicação de contribuições será sempre amparada pelas recomendações do Conselho Editorial e pela análise dos pareceres produzidos.

© 2000-2008 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Expediente

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília), Andrés Malamud (Universidade de Lisboa, Portugal), Antônio Carlos Lessa (Universidade de Brasília), Cristina Soreanu Pecequillo (Universidade Estadual Paulista), Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília), Francisco Doratioto (Universidade de Brasília), Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina), João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Pio Penna Filho (Universidade de São Paulo), Paulo Luiz Esteves (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

Geórgia e Rússia: conflito no Cáucaso ou entre Oriente e Ocidente?

Georgia and Russia: conflict in the Caucasus or between the East and the West?

JOÃO FÁBIO BERTONHA*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 3 a 5]

O conflito entre a Geórgia e a Rússia, alguns meses atrás, foi rapidamente resolvido, com a derrota da Geórgia e uma impactante reafirmação de potência por parte de Moscou. As implicações para a política e a geopolítica mundiais, contudo, são muito mais abrangentes e, neste pequeno texto, adiantam-se algumas questões e problemas que este breve conflito trouxe para as relações entre as grandes potências mundiais e a Rússia.

O conflito em si, realmente, não requer muito esforço explicativo. Durante o processo de desagregação da URSS, vários povos e nacionalidades ficaram do “lado errado” da fronteira, com imenso potencial para conflitos e disputas. A Rússia, desde então, considera as regiões da Ossétia do Sul e da Abecásia como, se não parte do seu território, ao menos áreas quase soberanas. De qualquer modo, a autoridade da Geórgia ali era questionada tanto pelas populações locais como por Moscou.

O presidente georgiano, Mikheil Saakashvili, resolveu se aproveitar do fato do mundo todo estar de olho nas Olimpíadas de Pequim (e de Vladimir Putin estar lá, para a abertura) para lançar um ataque relâmpago e retomar o controle dessas regiões, forçando a Rússia a aceitar o fato consumado. Ao fazê-lo, seu capital político interno cresceria imensamente, como o reunificador do território nacional e seria mais fácil pedir a entrada na OTAN e na União Européia, já que não ter problemas de fronteiras é um dos requisitos chave.

Sua aposta era alta, mas ele confiava, em essência, em vários fatores: a paralisia da liderança

russa, dada a ausência de Putin; a fraqueza russa em termos militares e seu medo de confrontar o Ocidente e, acima de tudo, o apoio dos Estados Unidos. A Geórgia é um dos aliados mais fiéis a Washington (tendo enviado milhares de soldados para o Iraque) e, com o apoio de George W. Bush, a Rússia não ousaria enfrentá-lo. Grandes ganhos potenciais, poucos riscos. A aposta valia a pena.

O problema é que sua aposta, em essência, falhou em todos os lances. O novo presidente russo, Dmitri Medvedev, rapidamente tomou a decisão de revidar e Vladimir Putin logo voltou de Pequim; o Exército russo se revelou capaz de derrotar os georgianos com facilidade e a Rússia não se intimidou frente ao Ocidente. Pelo contrário. Pareceu até satisfeita de ter a oportunidade de demonstrar que americanos e europeus não teriam mais carta branca no seu quintal. E os Estados Unidos, por fim, não mexeram um dedo para ajudar Tbilisi, numa demonstração cabal de reconhecimento de limites e realismo.

Pode-se identificar, imediatamente, uma nova situação estratégica se formando naquela região do mundo. Moscou não vai mais ficar de braços cruzados enquanto as bandeiras estreladas da UE, da OTAN e dos EUA são hasteadas por todo canto. A Rússia já perdeu o Leste europeu e os países bálticos e está deixando claro que não apenas não vai aceitar que Ucrânia ou Geórgia migrem para o campo ocidental, como que, agora, se necessário, vai usar a força para impedi-lo. Se o Exército russo ousará invadir a Ucrânia, por exemplo, se esta entrar na OTAN, é discutível, mas a ameaça está, mais do que nunca, no ar.

* Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM (fabiobertonha@hotmail.com).

Outro fato claro é o reconhecimento americano de que a Rússia voltou a ser a potência militar incontestada na região. A ação russa ao invadir a Geórgia mostrou um exército em recuperação, mas ainda bem distante do poder ocidental. Colunas de tanques e infantaria com material mais ou menos antigo, pouca coordenação tática, escasso uso de drones de coleta de informação... Eis o quadro do Exército russo, cujas colunas, se fossem atacadas por ondas de aviões e mísseis ocidentais, seriam provavelmente eliminadas.

Mas a Rússia – isto ficou claro – não precisa ter um exército melhor do que os do Ocidente para exercer poder naquela região, mas apenas um melhor do que os dos vizinhos. E isso ela demonstrou ter. Se os Estados Unidos decidissem usar todos os seus recursos militares para defender a Geórgia e derrotar a invasão russa, isto seria possível, ainda que a localização geográfica desta seja um pesadelo logístico. Mas isso seria uma catástrofe política e um dreno acima do possível dos atuais recursos militares dos EUA. Assim, apenas com o exército que demonstrou ter, Moscou já tem condições de exercer mais pressão sobre os vizinhos do que antes e deixou mais claro do que nunca, para estes, que ela é a força central ali e que não devem esperar demais do Pentágono.

Como estes vizinhos vão reagir, é uma das questões centrais. Desde o fim da URSS, as ex-repúblicas soviéticas gravitam, mais ou menos, em torno de Moscou, mas tentam sair do abraço do urso, seja em direção ao Ocidente, seja em direção da China. A prova de força russa pode assustar a todos, fazendo-os tentar se aproximar da Rússia, ou pode ter o efeito contrário, estimulando-os ainda mais a procurar a proteção da União Européia, da China e dos EUA.

Tudo vai depender, claro, da reação desses países e como eles vão administrar os apelos desses pequenos países. Para a China, a desagregação da União Soviética foi um presente dos céus, pois eliminou um vizinho poderoso ao norte e abriu os recursos das antigas repúblicas soviéticas da Ásia para si. Desde então, Rússia e China tem tido relações cordiais, mas desconfiadas. Um esforço mais intenso de Moscou para controlar seu “espaço interior”

incomodará inevitavelmente Pequim, que pode fazer um acordo com Moscou ou enfrentar os russos no Casaquistão ou Uzbequistão.

O mesmo com relação à Europa. Os europeus ainda digerem os últimos alargamentos da União, dependem do gás russo e estão assustados com a idéia de ter que combater a Rússia em defesa de algum país remoto do Leste Europeu, pelo que a maioria hesita em deixar mais países entrarem na União e, especialmente, na OTAN. Seus interesses e percepções estratégicas diferem e não espanta que, como sempre, a Europa esteja dividida. Caso Ucrânia ou Moldova insistam em entrar na União Européia e na OTAN e Moscou ameaçar com retaliações, esta divisão só tende a aumentar.

Os Estados Unidos estão, previsivelmente, irritados com a Rússia e, se pudessem, provavelmente já teriam reagido com a força. A relação entre os dois países chegou a níveis tão baixos que eles agora estão fazendo provocações quase teatrais um ao outro, como quando navios de guerra americanos entram no mar Negro para entregar ajuda humanitária aos georgianos e uma frota russa desfralda suas bandeiras no mar do Caribe, em aliança com Hugo Chávez. Mas fato é que as opções americanas são, dada a situação estratégica da Geórgia, pequenas, a não ser insistir, como tem insistido, para que ela seja admitida na OTAN, o que lhe daria proteção.

Este é um exercício interessante. Se a OTAN tivesse admitido a Geórgia alguns meses antes da guerra, como ela queria, o que poderia ter acontecido? A Rússia teria tido coragem de atacar um Estado membro da aliança ocidental? E os ocidentais, teriam reagido ou engolido a humilhação? Um problema que, nesta guerra, não se manifestou, mas que poderá surgir no futuro, pelo que a decisão de admitir Geórgia, Ucrânia ou Moldova nas duas organizações ocidentais é das mais sérias e cheias de desdobramentos.

Enfim, o futuro daquela região está mais nas mãos das grandes potências do que dos atores locais. A Rússia indicou que se sente novamente uma potência mundial e voltou a ser o ator central da geopolítica local, fazendo os que até então se sentiam livres para agir repensarem as suas ações. Se isso vai significar conflito, com vitória ou retirada russa, ou

negociação, não se sabe. Mas são desdobramentos interessantes para uma decisão de um presidente georgiano que deveria, no dia fatídico, ter ficado em casa assistindo à abertura das Olimpíadas pela TV.

Recebido em 05/10/2008
Aprovado em 10/10/2008

Palavras chaves: Geórgia, Rússia, Estados Unidos

Key words: Georgia, Russia, United States

Resumo: o artigo trata da reação da Rússia ao ataque da Geórgia a Ossétia do Sul, área onde a maioria

da população é de origem russa. O posicionamento russo surpreendeu os Estados Unidos e a União Européia e deve conter a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Abstract: The article deals with Russia's reaction towards the attack of Georgia against South Ossetia, an area predominantly inhabited by a population of Russian origin. Russia's position has taken the United States and the European Union by surprise and should contain the expansion of the North Atlantic Treaty Organization (NATO).



Crise econômica, porém não militar

Economic crisis, not military

VIRGÍLIO ARRAES*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 6 a 7]

Nos Estados Unidos, o setor financeiro e o imobiliário não resistiram aos quase oito anos de administração de George Bush. No entanto, há um segmento destoante do pessimismo alastrante na sociedade estadunidense, o bélico, em virtude de as duas guerras em andamento proporcionarem-lhe, entre outros motivos, um local permanente de exposição para demonstrar a eficiência dos equipamentos de última geração.

Nenhum dos dois principais candidatos opõe-se de maneira veemente ao crescimento – ou ao inchaço – de verbas para a área bélica – a exceção é o Senador Joseph Biden, segundo nome da chapa democrata. Além do mais, os contratos com outros países reforçam os vínculos diplomáticos em decorrência da transferência paulatina de maquinário e notadamente de tecnologia – a questão do Irã adverso, detentor de engenhos militares sofisticados em 1980, obrigou a Casa Branca a ser mais cuidadosa na disponibilidade imediata de conhecimento.

O Oriente Médio é, sem hesitação, a região mais entrelaçada militarmente com os Estados Unidos – no caso iraquiano, o governo, sob supervisão constante, não chega a dispor de condições para adquirir, de forma autônoma, artefatos juntos a outros países, mesmo se membros da Coligação da Vontade.

No presente ano, estima-se que as vendas de armas de procedência norte-americana cheguem a 35 bilhões de dólares, o que é bem superior aos dois precedentes – 23 e 21 bilhões respectivamente. A par do combalido Iraque que, teoricamente, ao armarse diminuiria a dependência política de Washington, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Coveite e Paquistão são regulares compradores substanciais.

Diante da extensão duração dos conflitos contemporâneos, os principais fabricantes de armas trabalham com a perspectiva de que se está diante de uma ‘era de enfrentamentos duradouros’, com reflexos importantes na elaboração dos orçamentos de todas as potências.

Assim, as forças armadas euro-atlânticas teriam de adaptar-se à presente ambientação sem delongas. No caso norte-americano, o reajuste na rubrica de defesa ultrapassou, se comparado a 2001, a barreira de 70% – de pouco mais de 300 bilhões de dólares para mais de 500 bilhões para 2009, sem contar as despesas lançadas em outros entes administrativos. A datar da segunda metade da década de 70, o ano fiscal nos Estados Unidos inicia-se no dia 1º de outubro.

No segundo semestre de 2004, o Pentágono anunciou o remodelamento operacional das forças armadas. Relembre-se que o Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, havia sido forte defensor, a partir de sua posse no governo Bush, de uma séria reforma administrativa, sem limitar-se, contudo, à esfera militar ou ao plano interno, ao projetar estendê-la para a Organização das Nações Unidas (ONU). O seu exemplo maior havia sido a efetivada entre 1947 e 1949 no mandato de Harry Truman, sob coordenação do ex-Presidente Herbert Hoover (1929-33), com o objetivo de preparar o país para um novo quadro, o da dicotomia bipolar.

Nesse sentido, o projeto atual foi alcunhado de Revisão do Posicionamento Global: em vez de duas confrontações simultâneas, o país deveria habilitar-se para quatro e desenvolver uma capacidade de intervenção ainda mais rápida. A primeira região

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

a receber tropas seria a África com as chamadas Localidades de Segurança Cooperativa.

A ampla reformulação administrativa contemplaria o estabelecimento de bases menores em locais próximos de zonas de turbulência, com a desativação gradativa dos tradicionais postos em países como a Alemanha, onde a infra-estrutura para os recrutados é completa, o que acarreta gastos considerados excessivos.

Contudo, as forças disponibilizadas não seriam meramente bélicas, porém atuariam no auxílio de pesquisas científicas, da implementação de infra-estrutura e de auxílio humanitário como no caso de desastres naturais – atualmente, 1/5 das verbas norte-americanas de ajuda externa pertencem ao Pentágono. A contrapartida seria a concessão de imunidade para os contingentes, de direitos portuários e da autorização para a utilização do espaço aéreo.

Diante do hercúleo desafio de transformação, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) poderia ser incorporada às novéis incursões, ao tornar-se definitivamente uma força-tarefa com desenvoltura para ações além de suas fronteiras. Embora o plano tenha falhado na primeira execução, o Afeganistão, a intenção persiste.

Ante o exposto, o que se deve refletir é se a reformulação operacional destinar-se-ia de fato a conter o terrorismo ou a facilitar o acesso a fontes

energéticas, principalmente petróleo. A recente preocupação com a África, por exemplo, pode ter sido acentuada a partir do momento em que a China, classificada desde a gestão Clinton como o maior adversário potencial, intensificou a sua presença lá.

Adicione-se que a reforma do modus operandi já permitiu a vários regimes autoritários periféricos, à guisa de combate ao terrorismo após o 11 de setembro de 2001, reiterar os laços políticos com Washington, sem a necessidade de muito respeito pela existência de agremiações partidárias opositoras – Paquistão e Geórgia são dois exemplos.

Recebido em 03/10/2008
Aprovado em 09/10/2008

Palavras chaves: Estados Unidos, crise econômica, forças armadas

Key words: United States, financial crisis, armed forces

Resumo: o artigo trata da política militar dos Estados Unidos. Nesse sentido, a crise econômica não parece afetar os níveis de investimento no setor.

Abstract: the article deals with the military policy of the United States. The economic crisis does not seem to affect the investment indicators in the sector.



A Quinta República em 2008: o que se comemora no marco da Constituição Francesa de 1958

The Fifth Republic in 2008: which celebrations in the milestone of the French Constitution of 1958

ANTÔNIO CARLOS LESSA*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 8 a 9]

A crise política que trouxe o General de Gaulle de volta ao poder na França em junho de 1958 teve como um dos seus mais notáveis resultados a produção de uma nova configuração político-institucional, plasmada na Constituição preparada por de Gaulle e aprovada massivamente em referendo popular em 28 de setembro daquele ano. Com a promulgação da nova Constituição, em 4 de outubro, há cinquenta anos, se encerrava um ciclo de instabilidade na vida política da França, e se iniciava a Quinta República.

É sempre um exagero afirmar que as crises políticas na França são tão graves que não encontram paralelos na história do país. A crise de 1958 foi provocada pela inadequação dos projetos do passado, mais particularmente do seu Império colonial, aos imperativos da modernização de um país que se reergueu rapidamente após a tragédia da Segunda Guerra Mundial e conseguiu se adaptar, não sem dores, a um papel de menor importância na nova configuração do poder mundial. Com efeito, desde poucos meses antes, o aumento da tensão política na Argélia e a ameaça de um golpe militar que tinha por intenção ali perenizar a presença francesa pôs em evidência os limites da ordem política instituída com a Constituição de janeiro de 1946. A falta de um Executivo forte e o desequilíbrio das instituições e a grande instabilidade dos governos foram a marca da IV República, que se convulsionava naqueles dias de maio.

Chamado do exílio a que se impôs depois da sua saída do poder em maio de 1946 como o único dos franceses que seria capaz de deter a crise e restabelecer a ordem, de Gaulle assumiu como Primeiro-Ministro em junho, impondo à Assembléia Nacional as suas condições: por seis meses, poderes plenos para restaurar a autoridade do Estado, restabelecendo a tranquilidade na Argélia e ajustando as finanças públicas e, o mais importante, condições para sanar aquele que ele percebia como o principal problema da França – a confusão e a impotência dos poderes da República. Enfim, a sua mais importante exigência, era uma nova Constituição, que reconfigurasse o sistema político e que permitisse aos poderes públicos o desempenho das suas funções. A Assembléia lhe deu o voto de confiança, com 329 votos a favor (e 224 contra) e de Gaulle se tornou o último Primeiro-Ministro de um regime ao qual ele não se cansou de combater, com o desafio de mudar a ordem política dentro da legalidade.

A Constituição da V República, elaborada sobre as ruínas da Constituição de 1946, é considerada um texto inovador. Contrariamente às Constituições anteriores, a de 1958 tem claramente a ambição de soerguer um executivo forte e estável no quadro de um regime democrático, o que passava pela racionalização do parlamentarismo. O texto constitucional de 1958 é flexível o bastante para ser ajustado, como o foi umas tantas vezes, às transformações da sociedade, aos imperativos do

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB e editor da Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI. É pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (alesa@unb.br).

sistema político e do próprio papel que a França desempenha nas Relações Internacionais em geral e, mais particularmente, no processo de construção da Europa comunitária.

A primeira das grandes mudanças por que a Constituição de 1958 passou foi sem dúvida o estabelecimento de eleições diretas para o Presidente da República, o que trouxe também o imponderável problema da coabitação (ou seja, quando o Presidente da República não tem condições de nomear o Primeiro-Ministro, por não ter a maioria na Assembléia Nacional), o que não foi pensado em 1962 quando esta reforma foi adotada, mas que sobreveio em momentos posteriores – em 1986-1988, 1993-1995 e 1997-2002.

O texto constitucional de 1958 também foi adaptado para se ajustar às necessidades do processo de integração na Europa, de que a França se fez líder nos seus primórdios. A transferência de competências do Estado para a entidade comunitária que se construía afetou profundamente as relações entre os poderes Executivo e Legislativo, como previstos originalmente na letra da Constituição. Da mesma forma, se fez necessário adaptar as prerrogativas do Judiciário, tocadas pela influência do direito comunitário.

Nos termos dos atributos clássicos de um sistema político, a Quinta República francesa, inaugurada

com a Constituição de 1958, deve ser considerada um grande sucesso, sendo que a sua longevidade se deve a uma combinação bem sucedida de estabilidade política e adaptabilidade institucional que proveram um bom equilíbrio ao sistema estabelecido. A sua credibilidade é testemunhada pelo fato de que não existem partidos ou grupos políticos expressivos que contestem a sua legitimidade.

Medido em termos da sua performance, a ordem instituída pela Constituição de 1958 tem numerosas façanhas para o seu crédito. Principalmente foi o marco no qual se relativizou o estreitamento do prestígio internacional da França, além de ter presidido o seu crescimento econômico. Principalmente, a sua grande conquista foi a de prover o país de estabilidade de governo e de poderes, além de marcos precisos para a ação política, com preservação das instituições democráticas, o que a vida política francesa não conheceu nas décadas que antecederam o regime da V República.

Recebido em 04/10/2008

Aprovado em 10/10/2008

Palavras Chave: França, Constituição, Quinta República

Key Words: France, Constitution, Fifth Republic



O Brasil em um mundo de múltiplas geometrias

Brazil in a world of multiple geometries

JOSÉ ROMERO PEREIRA JÚNIOR*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 10 a 11]

Estudiosos de Relações Internacionais costumam se debruçar sobre a estrutura de poder vigente no mundo. Afinal, a depender da distribuição do poder e da forma como ele é exercido, em linhas gerais, em um determinado período, a ação dos mais variados países pode ser compreendida, pelo menos em parte, por sua relação com o eixo (ou eixos) mais importante(s) de poder no cenário internacional.

Ao longo da história, três foram os modelos tradicionais de distribuição de poder: o multipolar (com várias potências equivalentes, como na Europa do século XIX), o bipolar (com duas superpotências, como durante a Guerra Fria, entre EUA e União Soviética) e o unipolar (como se tende a considerar o período da supremacia romana ou, possivelmente, o período imediatamente posterior ao fim da Guerra Fria, com clara hegemonia norte-americana).

Nenhum desses modelos parece aplicar-se à cena internacional contemporânea. O crescente peso da transnacionalidade, das interconexões pessoais, dos agentes privados e de grandes países emergentes (como Brasil, Rússia, Índia e China – BRIC), para mencionar apenas alguns dos elementos mais marcantes da atual fase de globalização, sugere a emergência de um mundo de variadas geometrias no que tange à distribuição e exercício do poder. A disputa dos diversos atores, públicos e privados, por legitimidade e poder nos campos econômico, político, ambiental, social e cultural faz da dispersão a marca da contemporaneidade, resultando em diferentes equilíbrios de poder em cada uma dessas áreas.

Uma análise pragmática desse contexto impõe aos formuladores de política externa considerar a formação de alianças fundadas em interesses comuns, mas flexíveis, a ponto de permitirem o não engessamento da ação internacional do Estado decorrente de eventuais acordos políticos setoriais.

Em linhas gerais, parte do desafio da política exterior contemporânea está em identificar interesses e objetivos em cada campo da atuação internacional do país e, com base neles (e não em alinhamentos pré-concebidos) e na análise do comportamento dos demais atores relevantes em cada cenário, trabalhar na construção de parcerias que possibilitem potencializar ganhos. Deve-se reconhecer, ademais, que a ação externa, pela própria natureza da ordem que parece emergir no início do século XXI, reduz (se não anula) a possibilidade de êxito duradouro que não se funde em movimento concertado, em particular no tocante à resolução dos problemas mais graves, sempre condicionados, em seu equacionamento, pela falta de controle possível por um só ator.

No campo militar, embora persista a supremacia dos EUA, vários são os exemplos de países que têm procurado, com maior ou menor sucesso, construir um espaço de autonomia próprio, que lhes assegure uma confortável margem de manobra em uma conjuntura que, repetidas vezes, parece perturbadoramente turbulenta. Enquadram-se, aqui, todas as potências médias e regionais (como, por exemplo, os BRIC, África do Sul e França) e os países com aspirações de liderança regional (como o Irã).

Para esses países em especial, uma estratégia de inserção nacional bem-sucedida pressupõe um reconhecimento claro da diversidade de cenários e desafios que se apresentam à política exterior nacional, bem como um profundo conhecimento da natureza do poder, em suas também várias dimensões (militar, econômica e branda).

A complementar o quadro mais amplo da alta política internacional, impõe considerar a persistência de conflitos das mais variadas naturezas (pois que se somam às rivalidades de tipo clássico entre países de conflitos étnico-culturais, separatismos, crises

* Professor do Curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília – UCB (romero@ucb.br).

humanitárias etc.) e a reversão da tendência iniciada ao final da Guerra Fria de diminuição dos gastos militares. De fato, após haverem se reduzido no final dos anos 1980 e praticamente se estabilizado em meados dos anos 1990, os gastos militares aumentaram consideravelmente no início do século XXI, acumulando alta de cerca de 45% desde 2001.

Em sua marcha rumo a uma posição de maior autonomia, o Brasil tem se utilizado freqüentemente de seu poder brando (grosso modo, sua capacidade de convencer seus interlocutores de que suas demandas são justas e, por vezes, de interesse geral), cabendo papel de destaque para a atuação da diplomacia neste campo – seja na construção de alianças (como no caso do G20, na Organização Mundial do Comércio), seja na consolidação de sua posição de liderança regional (via integração regional ou presença efetiva, como no caso do Haiti).

Merecem destaque, no modus operandi da diplomacia nacional, a consistência dada pelo histórico de respeito aos princípios do direito internacional, às instituições multilaterais, e a ênfase na busca por soluções concertadas; em particular, em um contexto internacional marcado pela crescente ineficácia – e o crescente repúdio – da ação unilateral. Há que se destacar, nesse sentido, que o tradicional modo de operar do Brasil no sistema internacional parece, em boa medida, adequado à nova realidade internacional e a um sistema marcado pelas múltiplas geometrias.

Nesse contexto de eficiência da ação diplomática conduzida pelo Itamaraty, tanto o poder militar quanto o econômico tem ocupado posição acessória, servindo a uma tradição de inserção pacífica que marca (com rara exceção) a trajetória internacional do país e contribui para sua permanência em posição de destaque – ainda que coadjuvante – nos principais foros internacionais.

O relativo sucesso da estratégia diplomática do Brasil não deve, porém, obscurecer a importância dos outros dois alicerces de uma inserção efetivamente autônoma no cenário internacional, hoje e sempre: o econômico e o militar.

Na esfera econômica, com clara vocação introspectiva, o Brasil continua a conviver com os desafios característicos de sua posição de nação emergente. A estabilização, a redução da vulnerabilidade externa e o maior e mais ativo engajamento na economia

internacional (seja nos foros do tipo G8 + G5, seja em termos de ampliação dos fluxos comerciais e de investimentos) são sinais positivos que tendem a contribuir para a consolidação da posição do país como ator chave na gestão da economia política internacional. Ao mesmo tempo, parecem conferir maior estabilidade ao próprio processo de desenvolvimento nacional, recolocando o país na rota do crescimento sustentado – embora ainda dependente de um volúvel cenário internacional.

No campo militar, o país tem acompanhado também em seu entorno mais imediato, a América do Sul, a uma espécie de remilitarização da região, aliada a uma crescente efervescência nacionalista, propensa ao discurso inflamatório e confrontacionista. Esse novo quadro regional vem somar-se a um conjunto de potenciais ameaças que podem ser cristalizados na idéia de cobiça internacional (Amazônia, pré-sal etc.) que tendem a constituir a matéria primeira de interesse para a área de Defesa.

Orientado pelo imperativo da segurança nacional, sem que se ceda à tentação de participar do grande jogo de hegemonias globais, são indispensáveis o domínio de tecnologias e a construção de capacidade própria no sentido de criar força dissuasória compatível com as dimensões do país, bem como habilitá-lo a participar, condizentemente, da cena internacional, quando para isso for chamado. Nesse sentido, a diversificação de parcerias, com transferência de tecnologia e troca de experiências, é elemento essencial na consolidação de um espaço de autonomia efetivo, em um cenário internacional marcado por sucessivas – e graves – crises.

Recebido em 10/10/2008

Aprovado em 15/10/2008

Palavras chaves: Brasil, América do Sul, diplomacia
Key words: Brazil, South America, diplomacy

Resumo: o artigo aborda a política externa do Brasil. Assim, trata das diferentes formas de inserção da diplomacia brasileira na política internacional.

Abstract: The article deals with Brazil's foreign policy. It describes the different ways to introduce Brazilian diplomacy in the international policy.

O papel das Nações Unidas na questão do Chipre

Role of the United Nations on the Cyprus question

ADALGISA BOZI SOARES*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 12 a 14]

A questão do Chipre passou por décadas de congelamento do conflito. A importância desta pequena ilha do Mediterrâneo está ligada ao fato de que a República do Chipre é um membro da União Européia, enquanto cerca de 37% dela vive uma independência de facto, na proclamada República Turca do Chipre do Norte, território que goza apenas do reconhecimento turco. As consequências desta situação têm impacto direto na questão do acesso da Turquia à União Européia e tal ponto por si só seria capaz de dar relevância global para a situação na ilha.

No entanto, neste último mês, o Chipre voltou a ser notícia com a retomada das negociações para a unificação da ilha – as mais promissoras da última década. Enquanto, nos últimos meses, as notícias sobre territórios secessionistas têm estremecido o sistema internacional, este caso específico de possível sucesso na reunificação merece uma análise mais pormenorizada. Muitos são os fatores que podem ter contribuído para que as negociações chegassem a este ponto: o posicionamento da Turquia, a situação econômica do Chipre do Norte e a insegurança da República do Chipre, apenas para citar alguns.

Esta análise, no entanto, se concentrará no papel das Nações Unidas para o desenvolvimento da questão e do estabelecimento da UNFICYP até o estabelecimento dos grupos de trabalho para a reunificação e o apoio à nova rodada de negociações entre os presidentes de ambas as comunidades.

Durante o domínio britânico na ilha, os greco-cipriotas já manifestavam o desejo de unirem-se à Grécia. No entanto, apesar de constituírem a maioria da população da ilha, eles a dividiam com os turco-cipriotas, ali instalados pelo menos desde o

século XVI e constituindo quase vinte por cento da população. Como uma reação à enosis (integração à Grécia), a comunidade turco-cipriota desenvolveu o desejo de takism, ou seja, divisão da ilha entre as áreas turca e grega. Com a independência da ilha em relação ao Reino Unido, em 1960, o regime político adotado tinha por base a divisão de poder entre suas duas comunidades.

No entanto, o período de convivência pacífica entre as duas comunidades foi muito breve e a situação se deteriorou rapidamente após a independência. A partir de dezembro de 1963, após uma série de emendas constitucionais promovidas pela liderança greco-cipriota, a equidade política entre as duas comunidades foi eliminada e a os turco-cipriotas coube apenas o status de minoria. Como consequência, a tensão entre as duas comunidades se transformou em conflito, deixando milhares de mortos e mais de 300 mil refugiados, o que marcou o início de um processo de limpeza étnica, por meio de migrações forçadas, o que isolou as duas comunidades. Já em março de 1964, se iniciou o envolvimento ativo das Nações Unidas na região, com o estabelecimento da UNFICYP (United Nations Peacekeeping Force in Cyprus), hoje a mais antiga missão das Nações Unidas que ainda conta com tropas operantes.

Em 1974 o conflito teve sua fase mais violenta, a partir de uma tentativa de golpe de estado que uniria o Chipre à Grécia, realizada por oficiais gregos. A Turquia interveio no conflito – amparada sob os direitos do Tratado de Garantia, que garantia à Turquia, Grécia e Reino Unido o direito de intervir na ilha – com o objetivo de restaurar a ordem constitucional. Durante o golpe, a ditadura então vigente na Grécia caiu e os greco-cipriotas perderam

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (adalbsoares@gmail.com.).

o apoio para a enosis. Com isso, os turcos puderam avançar e dominar cerca de 37% da ilha.

Após a declaração de cessar-fogo por parte da Turquia, a UNFICYP passou a ser responsável pela supervisão disso, pela provisão da ajuda humanitária e pela manutenção de uma zona-tampão, com cerca de 180 quilômetros de extensão entre o norte turco-cipriota e o sul greco-cipriota.

Em 1983, os turco-cipriotas declaram a independência da República Turca do Chipre do Norte (RTCN), reconhecida apenas pela Turquia. Toda a comunidade internacional reconhece apenas a parte greco cipriota como a único regime legítimo da ilha, embora a RTCN seja uma república autônoma de facto. Em 1989 a UNFICYP conseguiu promover um acordo de desmilitarização de alguns pontos da fronteira, contribuindo para o relaxamento das tensões entre ambos os lados.

As Nações Unidas voltaram a ser um ator destacado na tentativa de resolução do conflito entre 2002-2004, às vésperas da entrada do Chipre na União Européia. Kofi Annan liderou esforços que culminaram no plano Annan, uma espécie de roteiro extremamente detalhado, que propunha uma solução federativa para a ilha. A intenção, claramente, era solucionar a questão cipriota antes da entrada do país na UE. Cinco versões do plano Annan foram apresentadas à população, em uma tentativa de absorver as demandas de alguns grupos e assim aumentar as chances de aprovação em um plebiscito, que foi realizado em abril de 2004.

Esta foi a primeira vez em que a população foi chamada a expressar sua vontade quanto ao destino da ilha. A campanha para fomentar o apoio popular ao plano Annan foi concentrada no Chipre do Norte, em razão do passado de deserção dos cipriotas turcos em relação às negociações de reunificação. No entanto, tal tática menosprezou a importância de convencer a população greco-cipriota de que o plano também seria benéfico para o sul da ilha, o que pode ser apontado como uma das causas da rejeição desta comunidade ao plano. Além disso, a falta de apoio explícito da Grécia ao plano e o posicionamento da elite governamental greco-cipriota contrária à reunificação colaboraram para que 75% deles rejeitassem o plano, enquanto 64% dos turco-cipriotas dissessem sim à reunificação da ilha.

Em 2008 algumas mudanças deram novo fôlego às negociações sobre a reunificação, elevando as expectativas na comunidade internacional acerca da possibilidade de reunificação do Chipre. Em primeiro lugar, foi eleito um novo presidente turco cipriota, Demetris Christofias, um político pró-reunificação, que tomou a resolução do conflito como um dos objetivos de seu mandato. Neste sentido o líder greco-cipriota e turco-cipriota, Mehmet Ali Talat, concordaram no início deste ano em abrir um novo ponto na fronteira, a rua Ledra, que hoje se constitui em um ponto de contato fundamental entre as duas comunidades.

Em abril, as Nações Unidas buscaram, mais uma vez, institucionalizar o contato entre ambos os lados, promovendo grupos de trabalho, responsáveis por reunir o trabalho feito até hoje sobre propostas de reunificação e criar novas soluções para a questão. Cada grupo é composto por quatro membros de cada comunidade e um mediador das Nações Unidas. Seis grupos de trabalho discutem governança e divisão de poder, assuntos relativos à UE, segurança e garantias, território, propriedade e economia. Sete comitês técnicos discutem crime, comércio, herança cultural, gerenciamento de crises, assuntos humanitários saúde e meio ambiente.

De um modo geral, observa-se, nestes últimos meses, com a abertura da rua Ledra, com a formação dos grupos de estudos e, em setembro, com o início das negociações entre os dois presidentes, a tentativa de criar canais de comunicação que possam construir novos alicerces para o relacionamento entre as duas comunidades, levando desta forma à reunificação da ilha.

Uma análise neoliberal institucionalista pode iluminar alguns pontos sobre o papel das Nações Unidas neste contexto. A ONU tem sido um ator importante, principalmente nos esforços para diminuir os custos de transação e de informação, possibilitando assim uma maior interação entre as partes e efetuando linkages entre os assuntos a serem negociados, de forma a aumentar os custos para a defecção de qualquer uma das partes. O envolvimento das Nações Unidas na questão, desde a década de 60, criou certo padrão de comportamento nas negociações no Chipre, uma expectativa de que qualquer acordo negociado seria no rumo da desmilitarização do conflito, com a supervisão desta terceira parte.

Tal expectativa foi importante para diminuir os custos de transação e encorajar a fase cooperativa que hoje observamos. Além disso, os custos de informação foram reduzidos com a ação das Nações Unidas como uma espécie de arena para discussão da questão e com a UNFICYP agindo no monitoramento da situação da fronteira e provendo informações transparentes sobre o desenvolvimento da questão. Neste sentido, as Nações Unidas, ao encorajar uma interação crescente entre os dois lados da ilha, estimulou uma interação que se baseia na expectativa de cooperação no futuro. Além disso, pode-se observar com a criação dos grupos de estudos a tentativa de promover a “quebra” de um grande e complexo assunto em vários assuntos menores, de forma a expor claramente o que está em negociação no Chipre e “ligar”, ou fazer linkages, entre assuntos como direitos de propriedade e segurança, por exemplo, alterando assim a relação custo benefício das negociações e aumentando os custos de defecção.

Desta forma, o papel das Nações Unidas no Chipre tem sido, basicamente, o de modificar a relação custo-benefício de defecção das negociações, criando incentivos para o comportamento cooperativo entre ambas as partes do conflito. A tentativa de modificar a relação custo benefício nem sempre é bem sucedida, como pôde ser comprovado com a rejeição do plano Annan. Mas é preciso entender que este é apenas um dos constrangimentos sobre o comportamento dos atores no conflito. Na questão cipriota, outros atores são também importantes, como a política externa da Grécia, da Turquia e da União Européia. E nesta nova fase de resolução do conflito no Chipre, o comportamento destes três atores foi fundamental para que as negociações chegassem ao estado avançado em que se encontram.

A Turquia, como candidata à União Européia, tem na questão cipriota um empecilho para sua integração, como apontado em várias oportunidades pela Grécia e pelo Chipre. O reconhecimento à República Turca do Chipre do Norte não pode ser facilmente retirado, considerando a população turca residente na região. Desta forma, a resolução do conflito por meio da reunificação é fundamental para que a questão cipriota já não configure entre os problemas pendentes da Turquia para a integração.

Durante a votação do plano Annan, a Grécia, por outro lado, não forneceu um apoio enfático à resolução, embora tampouco tenha defendido a não integração. Neste momento, o papel da Grécia é influenciado pela União Européia, que, na sua tentativa de se projetar internacionalmente, busca arquitetar uma resposta coordenada à questão cipriota, tentando desempenhar um papel importante na possível reunificação.

Desta forma, com os constrangimentos criados pelo envolvimento pelas Nações Unidas e pelo comportamento dos atores envolvidos na questão, é plausível que o Chipre caminhe rumo à reunificação, em uma federação bicomunal, objetivo estabelecido por ambos os presidentes nas rodadas de negociação que tiveram início em setembro. Enquanto as Nações Unidas mantêm-se como ator importante na resolução da questão, a União Européia busca uma maior atuação, sendo bem-vinda por ambas as comunidades. Apesar das animosidades étnicas, do histórico de limpeza étnica e das décadas de separação entre as comunidades, existe um prospecto muito positivo para a reunificação da ilha. Após Kôsovo e Geórgia, uma solução como esta pode incentivar um debate na comunidade internacional, no sentido de encorajar a busca de soluções para conflitos étnicos separatistas que vão além da criação de fronteiras étnicas.

Recebido em 13/10/2008

Aprovado em 18/10/2008

Palavras chaves: Chipre, Nações Unidas, autodeterminação

Key words: Cyprus, United Nations, selfdetermination

Resumo: o artigo versa sobre a situação política do Chipre, dividido entre disputas étnicas. Assim, analisa a contribuição das Nações Unidas para se chegar a uma solução pacífica.

Abstract: The article discusses Cyprus's political situation divided by ethnic disputes. It analyses the contribution of the United Nations to reach a peaceful solution.

Aproximação Rússia-Venezuela: quando o regional e o global se misturam

Dialogues Russia-Venezuela: when regional and global are intertwined

ARTUR ANDRADE DA SILVA MACHADO*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 15 a 18]

Analisar a aproximação militar entre Rússia e Venezuela é exercício que pode ser comparado ao de achar uma agulha no meio de um palheiro. Em meio a um complexo panorama de declarações e fatos (ora desconexos, ora conectando-se indiferentemente a qualquer linha estratégica clara), é necessário selecionar os sinais sobre as intenções por trás dos acontecimentos da conjuntura e seus desdobramentos para as esferas regional e sistêmica. Por meio de tal exercício, pretende-se encontrar linhas de coerência entre séries de questões, como as ambições russas no jogo de poder internacional e as tendências elaboradas no contexto sul-americano.

Desde quando foi originada, a aproximação militar entre Rússia e Venezuela dava amostras de que se constituiria em não mais que uma forma de escoamento do excedente russo de armamentos e materiais de guerra. Desde 2005, a Venezuela financiou, com reservas oriundas da exportação de petróleo, a compra de material bélico de origem russa (notadamente caças Sukhoi SU-30, helicópteros e quase 100 mil rifles Kalashnikov). Ao longo de todo o período, a Venezuela empenhou mais de US\$ 4,4 bilhões, o que corresponde aproximadamente ao orçamento brasileiro destinado ao Bolsa Família em 2008. Neste ano, a cooperação entre Rússia e Venezuela seguiu o mesmo padrão, acordando na venda de algumas dezenas de caças e helicópteros, por mais de US\$ 1 bilhão.

No entanto, a cooperação entre Rússia e Venezuela que agora já evolui para uma gama mais

variada de áreas – com proeminente ênfase para a área de energia nuclear com fins pacíficos – deve ser compreendida à luz do padrão estabelecido por Caracas para selecionar seus parceiros. Nesse sentido, tendo em vista a aproximação venezuelana com parceiros como Irã, Líbia, China, Rússia e Belarus, é crível que Chávez usa da diplomacia do petróleo para cooptar parceiros de acordo com marcado critério ideológico. No entanto, a análise de declarações oficiais lança sinais de que os países respondem diferentemente ao estímulo venezuelano.

O melhor exemplo de relação que parece perpetuar a ideologia anti-americanista de Chávez é aquela que a Venezuela mantém com o Irã. Admiravelmente, Chávez, que parece procurar oportunidades para manifestar sua simpatia pelo polêmico programa nuclear iraniano, de fato conseguiu cooptar a amizade de Teerã, que atualmente se engaja de maneira deveras articulada nas dinâmicas sul-americanas. Como instância, o presidente iraniano afirmou, durante discurso proferido na Assembleia Geral da ONU, que *“algumas nações da América Latina têm sua segurança e culturas seriamente ameaçadas por governos estrangeiros dominantes e pelas embaixadas de alguns impérios”*, em clara referência aos desentendimentos diplomáticos entre EUA, Bolívia e Venezuela.

Por outro lado, as relações com a China, país do qual Chávez anunciou que compraria aviões de combate, indicam frustração da expectativa venezuelana. Alusivo à frustração é o fato de que a

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (andradesmachado@gmail.com).

declaração de Chávez – dizendo que, por meio de sua viagem para China e Rússia, estariam Venezuela “e Cuba, construindo um mundo pluripolar” – foi prontamente desmentida pelo governo chinês. Segundo a porta-voz do Ministério de Assuntos Exteriores da China Jiang Yu, as relações de seu país com a Venezuela “*não estão baseadas na ideologia, não estão dirigidas contra uma terceira parte e não afetarão outros países*”.

Se vistas desde o discurso oficial sobre o engajamento internacional venezuelano, as motivações russas na aproximação com Caracas são as mais difíceis de analisar. Segundo Carrizalez (Vice-presidente da Venezuela), “*a relação com a Rússia está dentro do esquema de promover um mundo multipolar*”. Para o ministro da Defesa da Colômbia, Juan Manuel Santos, as manobras militares conjuntas entre Venezuela e Rússia no mar do Caribe podem reativar a Guerra Fria entre Moscou e Washington, além de colocar em risco a estabilidade regional. Por outro lado, quando indagado sobre um possível caráter anti-norteamericanista atribuído às relações Rússia-Venezuela, o ministro de Relações Exteriores da Rússia, Serguei Lavrov, assegurou não saber “*por que tiram esse tipo de conclusão*” visto que “*a Rússia e a Venezuela não têm nenhuma intenção de atacar ninguém*”.

Para decifrar as questões relacionadas à aproximação militar entre Rússia e Venezuela, o campo dos discursos oficiais mostra-se insuficiente. É necessário, portanto, contextualizar o fato no processo de tensionamento das relações da Rússia com o Ocidente. Nesse sentido, a atual assertividade russa deriva em grande parte do expansionismo do Ocidente ao que a Rússia considera como sua esfera de influência. Assim, depois de um momento em que o conceito de esfera de influência permaneceu arquivado, ele parece ter sido rebuscado para a formulação da política externa russa. Segundo tal conceito, que foi muito utilizado durante a Guerra Fria, cada potência demarca geograficamente uma zona estratégica para manutenção de suas necessidades de defesa, em que exerce reconhecida hegemonia. Responde a assertividade russa, portanto, ao expansionismo político-institucional da OTAN e

da União Européia sobre os países da Comunidade de Estados Independentes (CEI), bem como ao expansionismo de valores ocidentais, indiferente aos conceitos de soberania e de esfera de influência.

A partir de tal consideração, à significativa lista de intervenções do Ocidente no entorno estratégico russo, deve-se acrescentar os movimentos realizados pela VI Frota dos EUA no Mar Negro. Em agosto de 2008, três meses depois de ter sido reativada, navios da VI Frota americana aportaram em Batumi e Poti, na Geórgia, para entregar suprimentos e prestar ajuda humanitária, o que abriu margem para acusações de que ela estaria também enviando suprimentos de combate. Fazendo ouvidos surdos para o discurso da geografia da influência na política internacional, o Ocidente aceitou os riscos de indispor-se com a Rússia. Assim, em relação à presença de navios da VI Frota americana no Mar Negro, Putin afirmou: “*Nossa resposta será calma, não histérica, mas, definitivamente, haverá uma resposta*”. Tal declaração permite avaliar que os exercícios conjuntos que exercerão Rússia e Venezuela no Mar do Caribe são uma maneira que a Rússia encontrou de retaliar a presença da VI Frota norte-americana.

Apesar de sugestiva, a declaração não é exaustiva e, assim, a cooperação militar entre Rússia e Venezuela não pode ser confundida unicamente com uma estratégia russa de retaliação à presença do Ocidente em sua esfera influência. Tal fato também parece estar relacionado a uma expectativa russa de se engajar mais decisivamente no jogo de poder internacional. A esse respeito, a Rússia já havia declarado, em meados de 2007, que sua aviação estratégica voltaria a realizar expedições de dimensões globais, possivelmente demonstrando uma recuperação de seu antigo potencial político e militar. Em resposta a esse estímulo, Chávez declarou que não haveria problema “*se a aviação estratégica da Rússia tiver necessidade de aterrissar em território venezuelano*”.

À luz desses fatos, a aproximação entre Moscou e Caracas lança questões sobre novos aspectos das ambições dos formuladores da política externa russa para o posicionamento do país no jogo de poder internacional. Teria a Rússia reais ambições de se consolidar como uma superpotência no

sistema internacional ou seria esta nova postura de enfrentamento por parte de Moscou apenas uma maneira de barganhar com o Ocidente a garantia de hegemonia em sua própria esfera regional?

Quem melhor responde a essas perguntas é Huntington, que afirma que potências regionais, contrariamente a potências intermediárias, podem também ser grandes potências em escala global, concomitantemente com suas filiações ao contexto regional. Por meio de tal proposição, o autor confunde os conceitos de potência regional e de grande potência, abrindo espaço para analisar a política externa russa como instrumento para atingir um objetivo de duplo posicionamento no jogo de poder internacional. Buscando formar sua posição com ambos os conceitos, a Rússia deseja dois objetivos básicos: que os demais países assegurem o respeito à esfera que a Rússia delimita como estratégica para seus interesses de defesa; que a formulação da agenda internacional, bem como as estratégias desenvolvidas para a solução dos problemas elencados nessa agenda, leve em conta suas preferências e seus interesses.

É imperial notar, pela descrição dos objetivos acima, que a Rússia persegue uma política de *status quo*, tal como definida por Morgenthau. Assim, em face de movimentos reformadores da Ordem internacional desempenhados pelo Ocidente, a Rússia busca proteger seu espaço de influência, seja na sua própria região estratégica, seja no campo da política global, em que se considera herdeira da posição da antiga URSS. A partir desta análise, é possível considerar que a Rússia é um ator que não traz oposição direta à ordem internacional, mas que deseja recuperar uma posição privilegiada na concepção de rumos dessa ordem, para tanto lançando mão do não variado leque das estratégias que conhece. Além disso, a Rússia não tem interesse em indispor-se gratuitamente com o Ocidente, tendo em vista que há uma relação de mútua dependência entre Rússia e União Européia operando em volta de diversos acordos de cooperação, notadamente na área comercial.

Afora isso, outras questões que se devem analisar em relação à aproximação entre Rússia e

Venezuela são as operantes na camada regional. Em relação aos efeitos da aproximação regional, a Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, afirmou ceticamente que os países vizinhos da Venezuela “*não se veriam afetados por uns tantos bombardeiros velhos visitando umas das poucas autocracias que sobraram na América latina*”.

No entanto, suspeita-se justamente do contrário à medida que se toma em consideração o armamentismo que se desenvolve na América do Sul. Desde 2006, os países da América do Sul (notadamente Argentina, Colômbia, Chile e, principalmente, Venezuela) têm aumentado seus gastos militares. Diante de tal movimento, a aproximação Rússia-Venezuela pode se tornar um fator destabilizador para a região. Em virtude da força simbólica atribuída ao fato, a falta de informações e a desconfiança de outras nações em relação às intenções da Venezuela de Chávez podem gerar um dilema de segurança entre nações sul-americanas, em um cenário pessimista.

Além disso, a estratégia de Chávez de formar uma coligação multilateral contra os EUA, articulada pelo menos no campo discursivo, tem efeitos diretos sobre a América do Sul. Tal discurso extremista, fortalecido pela diplomacia do petróleo, além de extrapolar a influência da Venezuela para o continente, também tem um papel na aproximação do continente sul-americano à política global. O panorama de aumento de cooperação entre Irã, Bolívia, Venezuela e, em menor grau, a Rússia tem como consequência a construção de um quadro político regional em que se potencializam divergências ideológicas, bem como permite à Venezuela uma margem de influência muito maior do que possibilitam suas capacidades definidas em termos militares ou econômicos.

Em termos hemisféricos, a expansão da ideologia chavista no continente sul-americano, bem como a articulação de parceiros não ideais pela definição de Washington, deve acarretar em uma maior aproximação dos EUA às dinâmicas sul-americanas. A polêmica reativação da IV Frota dos EUA, operante no Atlântico Sul, pode ser interpretada como fato remissivo a tal processo.

A partir de tal quadro, cujas expectativas são de maior confusão entre as dinâmicas regionais

e aquelas da política global, com consequente engajamento das potências com maior interesse nessa área de influência, haverá possivelmente aumento substantivo nas perspectivas de atuação do líder regional. Tais perspectivas devem corroborar uma capacidade, por parte do líder, de prover uma ordem dentro dos limites de sua própria região, de tal forma agindo como *peacemaker* e consolidando regras regionalmente aceitas.

Destarte, diante de recorrentes frustrações das expectativas brasileiras de mediar contendas regionais, como na Colômbia e recentemente na Bolívia, o maior país da região sul-americana deve se preparar para exercer seu papel sobre uma região cada vez mais internacionalizada.

Recebido em 10/10/2008

Aprovado em 16/10/2008

Palavras chaves: Rússia, Venezuela, Estados Unidos

Key words: Russia, Venezuela, United States

Resumo: o artigo trata do diálogo militar entre Venezuela e Rússia. Esta aliança pode trazer mudanças para a política externa dos Estados Unidos.

Abstract: The article deals with the military dialogue between Venezuela and Russia. This alliance may bring changes to the American foreign policy.



A busca pela posse de petróleo e a instabilidade do Delta do Níger

Attempts to oil possession and instability at the Niger delta

EVANDRO FARID ZAGO*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 19 a 22]

O estudo de conflitos demonstra que não existe causa única para sua recorrência. Toda e qualquer crise, seja ela interna ou internacional, será motivada por uma gama diversa de razões, que, por mais simples que sejam, nunca chegarão à monocausalidade. Isso se deve ao fato de que pessoas diferentes envolvem-se em dinâmicas conflituosas por motivos distintos. Conseqüentemente, indivíduos passam a lutar por uma causa semelhante, sendo, para tal, impulsionados por fatores diversos.

Ainda assim, é esforço analítico importante a escolha de uma variável causal específica e a busca por sua compreensão aprofundada. Dentre elas, encontra-se a econômica. Ao realizar pesquisas em torno de impulsos econômicos para conflitos, autores como João Gomes Porto, Paul Collier e Anke Hoeffler estabeleceram dois fatores básicos para a escalada de enfrentamentos: ganância e injustiça. Assim, o desejo de possuir certo bem ou a sensação de que sua posse é restrita a certo grupo social que não o próprio ocasiona disputas.

Partindo de tais considerações, a presente análise de conjuntura buscará a causa para o conflito atualmente observado na Nigéria. Mais especificamente, estará focada no âmbito econômico, o que não implica descrédito a outras eventuais motivações para os movimentos rebeldes do país, mas sim na parcimônia necessária para a validade do esforço analítico. Dessa forma, possíveis razões de ordem territorial, ideológica, religiosa, lingüística ou étnica não serão consideradas. Para tal, primeiramente, as características dos atritos serão delineadas. Em

seguida, ganância e injustiça serão expostas como origens de conflitos, partindo-se para a discussão acerca de sua aplicação ao caso nigeriano – e da escolha de uma delas como motivo central. Por fim, o texto será encerrado por meio da apresentação das repercussões dos problemas da Nigéria para o continente africano e para o restante do mundo.

A instabilidade nigeriana concentra-se na região do delta do rio Níger, uma área de setenta mil quilômetros quadrados, que ocupa um território majoritariamente pantanoso. Possui, ademais, um total de vinte mil habitantes e reservas de petróleo que ultrapassam trinta bilhões de barris. O petróleo foi descoberto ainda na década de 1950 e, a partir de então, sua exploração ficou restrita a uma pequena parcela da população nacional em associação com empresas estrangeiras, com destaque para a anglo-holandesa Shell. Dessa forma, a riqueza advinda dos recursos naturais do país ficou centrada numa elite minoritária, enquanto a maioria da população enfrentou dificuldades na manutenção de seu bem-estar.

O petróleo nigeriano foi até mesmo capaz de fazer com que o país tornasse-se a primeira nação africana a saldar totalmente as dívidas contraídas junto ao Clube de Paris. Por outro lado, os altos níveis de corrupção e a má administração pública fizeram com que o compartilhamento de dividendos com a sociedade nigeriana fosse comprometido. Segundo a ONG Transparência Internacional, o estado é, num universo de 180 países, o 121º mais corrupto do mundo. Isso equivale a um nível de transparência de

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (evandrofz@yahoo.com.br).

27% (percentual extremamente baixo, se comparado aos 93 da Dinamarca, primeira colocada do *ranking*). O governo local diz-se ciente de tais problemas e, na busca por sua amenização, criou, em 2003, a Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros. Os resultados daí advindos, todavia, foram diminutos e o país permanece em sua empreitada de combate à corrupção.

A concentração de renda e a não participação da sociedade nos negócios petrolíferos acabou por levar ao surgimento de movimentos rebeldes na região do delta do Níger. Os grupos da região reivindicam reinvestimento dos lucros obtidos com a exploração de recursos naturais, otimização da administração pública e diminuição dos níveis de desemprego e de desigualdade do país. Dentre os rebeldes, destaca-se o Movimento pela Emancipação do Delta do Níger (Mend, a partir da sigla em inglês). Esse não é o maior nem o mais atuante grupo regional, sendo, contudo, o que mais torna públicas suas ações e mais contato possui com a mídia. Destarte, os rebeldes do Mend tornaram-se os mais influentes nas dinâmicas conflituosas da Nigéria.

Na busca do combate aos revoltosos do Delta, o governo de Abuja fechou, entre julho e agosto deste ano, mais de 200 refinarias ilegais ligadas ao financiamento dos movimentos, acabando por aumentar a rebeldia local. Ademais, forças de segurança do governo atacaram quatro vilarejos no estado de Rivers, localizado na região da foz do Níger, supostamente em busca de um dos líderes do Mend. Na incursão, as vilas foram destruídas e um número ainda desconhecido de óbitos civis ocorreu.

Em resposta às incursões federais, o Mend lançou a operação *Hurricane Barbarossa*, declarando guerra contra a indústria do petróleo. Assim, durante uma semana, realizou ataques diversos contra refinarias, oleodutos, funcionários de petroleiras e forças de defesa nacional que estivessem protegendo algum dos alvos. Essas representaram as mais severas insurreições dos últimos dois anos, resultando em cerca de cem mortes.

Há uma complexa relação entre meio ambiente e conflito em diversos países da África subsaariana. Com isso, envolvem-se atores localizados em dife-

rentes níveis de análise num mesmo processo de escalada de instabilidade. O caso nigeriano, por exemplo, contrapõe o estado – encarado como agente de nível nacional – a movimentos rebeldes regionais – percebidos na subnacionalidade. Assim, a estabilização de crises é dificultada, pois estruturas entre as quais não existe comunicação efetiva nem institucionalidade de relações são posicionadas em lados opostos. Ademais, na África Negra é também recorrente a disputa por acesso e controle de bens como água, pastagens, ouro, diamantes e, como no episódio da Nigéria, petróleo; é a chamada “guerra por recursos”. Por conseguinte, causas econômicas podem ser encontradas para a problemática do país.

Guerras por ganância, ou pela posse de recursos, representam um dos lados da visão econômica acerca de conflitos. Segundo esse ponto de vista, os atritos ocorrem por causa de disputas por bens escassos (como água e pastagens) ou valiosos (como ouro e petróleo). A identidade e a autodeterminação são, em certa medida, desconsideradas em prol do enriquecimento. Por conseguinte, fatores econômicos são colocados em primeiro lugar na agenda das diferentes partes do conflito. A rebelião, dessa forma, ocorre em conseqüência das ocasionais oportunidades provenientes de seu desfecho; os rebeldes atuam exclusivamente pela posse de recursos, que será efetivada caso sejam eles os vencedores dos embates ocorridos. Ademais, pressupõe-se que cálculos racionais sejam feitos pelas facções antes de se envolverem no confronto: se as perdas ocasionadas pelos embates forem materialmente inferiores aos ganhos a serem obtidos, considera-se que os atritos serão benéficos.

Os movimentos buscam, ainda, obter acesso ao recurso disputado antes mesmo do final das contendas. Dessa forma, os prejuízos acumulados pelos embates com opositores são amenizados ao longo da empreitada realizada e, ao final, a necessidade de compensação é diminuída. Os conflitos embasados em ganância inserem-se por isso numa lógica industrial, de acordo com a qual a insurreição representa, prioritariamente, uma fonte de lucros. Pilhagens, saques e contrabando tornam-se estratégias ideais de confronto, pois aproximam a

rebelião de seu objetivo final, qual seja obter a maior quantidade possível de dividendos.

Por outro lado, a injustiça pode também ser vista como motivação para conflitos economicistas. A sensação de privação relativamente a outros grupos leva à mobilização; a falta de justiça distributiva é tida como emuladora principal de embates. A desigualdade faz que se busque situação semelhante ou superior ao grupo privilegiado no país em questão. A violência, então, é resultado de um *gap* entre o que os indivíduos almejam possuir e o que eles efetivamente possuem. Destacam-se, nesse caso, conflitos em países de grande desigualdade social e em nações com grupos ou regiões oprimidos pelo estado.

A busca pela aquisição material integra também a presente categoria. Esta, no entanto, distingue-se da anterior pelo fato de o objetivo, neste caso, ser não a riqueza em si, mas a equiparação de sua posse àquela de outros grupos. Em crises decorrentes de injustiça, a instabilidade é explicada, em grande medida, pelos motivos anteriores à rebelião e não pelo resultado final a advir do processo. A percepção de que se é um desprivilegiado provoca revoltas e a situação posterior almejada, de nível riqueza equiparável ao dos privilegiados, é conseqüência de dinâmicas endógenas de busca pela superação de desigualdades. Dessa forma, um alto nível de injustiça acaba por ocasionar violência e mobilização social.

Ademais, conflitos desse tipo são comumente associados a nações nas quais existem grandes reservas de *commodities* valiosas. Recorrentemente, a exploração destas ocorre por parte de uma minoria da população, o que acaba por inserir o país em tendências de corrupção e má governança por parte daqueles que administram o estado. Conseqüentemente, os níveis de injustiça crescem e, por fim, podem levar à recorrência de embates entre os que detêm a posse dos recursos e os que não a detêm.

Ganância e injustiça podem destarte ser causa de instabilidade. Em se tratando do caso nigeriano, uma primeira interpretação poderia apontar para a presença das duas motivações para a atuação dos grupos rebeldes no delta do Níger – afinal, estes almejavam tanto igualdade social no país, quanto

lucros advindos da exploração do petróleo. Uma análise mais pormenorizada, contudo, aponta para apenas uma causa: ganância.

Conflitos provocados por injustiça tendem a se concentrar nas regiões relativamente mais pobres do país analisado. A sensação de que se é desprivilegiado ocorre em nível nacional e os habitantes de locais aparentemente injustiçados percebem que apenas uma revolta seria capaz de amenizar sua situação e equipará-la à de locais mais desenvolvidos. A situação do delta do Níger, contudo, aponta em sentido contrário: a região é a mais rica da Nigéria. Uma comparação entre a renda *per capita* do sul da Nigéria, onde se localiza a foz do rio, com o restante do território demonstra a superioridade econômica de sua população. Esta possui um total de US\$ 2.884 por habitante, enquanto o oeste apresenta US\$ 2.062, o leste, US\$ 1.381 e o norte, apenas US\$ 1.067.

Dessa forma, refuta-se a alegação do Mend e dos demais movimentos rebeldes de que sua intenção ao rebelar-se se restringe à equiparação dos níveis de riqueza das áreas mais privilegiadas da nação; é justamente o sul da Nigéria a região mais rica do país. Se tal justificativa fosse pertinente, seriam observadas rebeliões também, e principalmente, nos pontos menos desenvolvidos do território, com destaque para áreas setentrionais. Caso a intenção dos revoltosos constituísse realmente a elevação dos níveis de igualdade nigerianos, tal espécie de revolta não deveria partir da região de renda *per capita* mais alta e sim daquelas mais desprivilegiadas.

Conseqüentemente, a ganância compõe de maneira mais satisfatória as razões pelas quais os rebeldes do Delta revoltam-se. Em realidade, os movimentos não se interessam pela distribuição de renda e pela justiça social. Sua intenção restringe-se a participar da lucrativa indústria petroleira desenvolvida localmente. O impulso economicista do Mend resume-se aos lucros que rebeliões podem proporcionar. Dessa forma, os custos de operação e eventuais perdas são encarados como recompensáveis num segundo momento, no qual a posse do petróleo será efetiva.

Tal argumento é reforçado pelas estratégias de atuação dos movimentos em questão. Dentre essas

táticas está o roubo de petróleo a partir de oleodutos adulterados. A modalidade de ação dos grupos consiste em atacar, com explosivos, tubulações de empresas que extraem petróleo no Delta. Em seguida, essas firmas são obrigadas a fechar o fluxo do material para que o oleoduto seja consertado. Nesse ínterim, os rebeldes constroem um desvio em outro ponto do tubo, de forma que, quando o petróleo voltar a correr pelos dutos “oficiais”, parte dele será desviada para um canal “alternativo”.

Assim, os revoltosos acabam por obter petróleo por contrabando. Como consequência, diversas refinarias clandestinas foram construídas, o que rende um total de sessenta milhões de dólares por dia para os contrabandistas. Segundo o governo de Abuja, o produto é vendido em troca de armas, a serem usadas pelas milícias, e de drogas, a serem vendidas em países vizinhos – e até na Europa. Percebe-se, então, a estratégia de financiamento dos movimentos rebeldes por meio do apoderamento ilegal do produto cuja posse requisita. Assim, a rebelião ainda em curso já obtém lucros pelo acesso que atualmente consegue ter ao recurso pelo qual luta.

Ademais, as formas de atuação dos revoltosos não incluem espécie alguma de distribuição de renda e compartilhamento de dividendos com a população local. O petróleo atualmente obtido por eles é vendido no intuito de trazer benefícios apenas para o Mend e congêneres, de forma que a dita injustiça regional não é amenizada. Nota-se, por conseguinte, que as intenções relativas à justiça social e igualdade distributiva propagandeadas pelos rebeldes revelam-se infundadas. Por outro lado, a estratégia de atuação das rebeliões aponta para o fato de que sua real intenção é a de lucrar por meio da mobilização rebelde e da instabilidade trazida ao delta do Níger.

A problemática nigeriana não se circunscreve apenas ao nível nacional. O país é tido como uma liderança africana e como termômetro para investidores internacionais no continente. Desse modo, a atuação dos movimentos da foz do rio Níger faz com que expectativas negativas sejam criadas com relação à África como um todo, o que pode, futuramente, levar a uma diminuição da presença econômica estrangeira. A Nigéria, ademais, é o maior produtor e exportador de petróleo de seu continente, além de um dos maiores do mundo.

Assim, a queda na produção ocasionada pela guerra do petróleo prejudica a provisão do produto – nas semanas seguintes aos ataques rebeldes nas regiões exploradoras, a produção do país caiu em 21%. Se não fosse pela crise financeira internacional, que tem baixado o preço da *commodity*, seu valor certamente teria aumentado em decorrência da instabilidade nigeriana. Destarte, a ganância do Mend e dos demais rebeldes do Delta do Níger afeta não apenas a Nigéria, mas também a África e todo o mundo.

Recebido em 27/09/2008

Aprovado em 01/10/2008

Palavras chaves: Nigéria, guerra civil, recursos naturais

Key words: Nigeria, civil war, natural resources

Resumo: o artigo trata da guerra civil na Nigéria, país rico em petróleo. O conflito afeta negativamente o continente africano.

Abstract: The articles deals with the civil war in Nigeria, a country rich in oil. The conflict has exerted negative effects on the African continent.



A crise norte-americana: inovações versus ortodoxia na construção de uma nova ordem econômica internacional

The North-American crisis: innovations versus orthodoxy in the construction of a new international economic order

JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 23 a 25]

A crise norte-americana, que deve ser vista como global, alcança agora com ímpetos a sua fase secundária, qual seja a de provocar impactos diferenciados em outras economias hemisféricas, porém, com mais intensidade nas periféricas, cuja dependência da dinâmica dos fluxos de capitais continua, além de notória, ameaçadora ao funcionamento dos mercados financeiros e de commodities.

Neste momento, algumas autoridades monetárias de diferentes quadrantes tentam igualar a atual crise com a ocorrida em 1929, inclusive, em seus efeitos catastróficos. Mas, pelo andar da carruagem – há mais de um ano –, que se acompanha pela imprensa turbulências da economia norte-americana, a crise ainda não motivou ondas suicidas nos ciclos financeiros e nem na massa de vitimados contribuintes, causando apenas divergências entre pontos de vista dos *decision-makers* que administram o *affair*.

A crise de 1929 pôs o sistema capitalista em xeque; uma crise de oferta, esperada, com conotações estruturais e, apesar de cifras inferiores às atuais – prejuízos próximos de apenas US\$ 30 bilhões a serem socializados entre agentes de nacionalidades diversas – sua recuperação foi acelerada a partir de 1933, valorizando, inclusive a idéia de planejamento, bem como a da inserção do Estado na economia, um dos sérios triunfos do *keynesianismo*. Esse quadro beneficiaria Roosevelt

com mais de uma reeleição para a presidência dos EUA (1933-1945), pelas graças do triunfo do *New Deal*, que além de incentivar a demanda agregada, provocaria sérias alterações nos níveis do emprego, do consumo e da tributação, além de outorgar ao Estado funções inovadoras no contexto econômico.

A quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 surgiu da falência continuada dos setores básicos da economia norte-americana motivada pelo crescimento acelerado da produção, pela concorrência européia do pós-guerra (1914-1918) aliada à queda de salários, pelo crescimento da bolha especulativa e, dentre outros fatores, a lentidão das autoridades monetárias em socorrer o mercado interno. Após 1933, quando a maioria dos impactos já tinha sido sanada, veio o triunfo do capitalismo como sistema, quando, à mobilidade de seus agentes foi creditada a maior parcela meritória.

Desta feita, a *monopolaridade*, o envolvimento prolongado em assuntos de segurança externa (Afeganistão e Iraque), os sucessivos efeitos da “regulamentação financeira”, o déficit comercial, a magnitude dos gastos públicos e o crescimento e a inadimplência de alguns setores internos sem o devido respaldo da respectiva liquidez inflaram a bolha republicana. Desta forma, conduziram de forma rápida a economia americana a uma auto-dependência de capitais líquidos para a manutenção

* Doutor em História das Relações Internacionais e professor de Formação Política e Econômica da América Latina e do Brasil; professor voluntário do curso de Relações Internacionais e pesquisador colaborador do Centro Integrado de Ordenamento Territorial – CIORD da Universidade de Brasília – UnB (machadoneto@br.inter.net).

e/ou crescimento dos negócios, criando instabilidade monetária, incertezas e riscos de mercados bem superiores aos eclodidos nas décadas de 1930 e 1980. Portanto, a gênese da crise atual diferencia-se claramente das origens da crise de 1929-1933, porém, seus impactos já são igualmente globais.

Bancos de diversos matizes, bolsas de valores e empresas conglomeradas, tanto nos EUA, como na Europa e na Ásia já começaram a arcar com sérios prejuízos, muitos fechando suas portas, outros salvando-se mediante fusões e incorporações, independentemente da nacionalidade dos capitais aportados, pois a *Wall Street* ainda continua como a *Babel* do capital. Particularmente na América Latina, tendo em vista que a maioria das transferências de moeda estrangeira é quase que unilateral, isto é, em quase sentido único, os impactos destrutivos têm marcha lenta, porém crescente e inibidora do crescimento, transferindo para um breve futuro as mais sérias conseqüências, como se já existisse um *gradualismo* conhecido e aceito por todos.

Diagnósticos são diários e, quase todos, direcionados para apontar o mercado imobiliário como responsável pela crise. Pela amplitude das agressões microeconômicas ao sistema econômico e aos seus regimes de mercado, não se deve, entretanto, centrar a responsabilidade ao *boom* hipotecário – a hipoteca do exagero – que paralelamente ao declínio dos salários médios fortaleceu a crise sob a questionada timidez do FED, ainda que de forma diferenciada da observada em 1929.

A inadimplência do crédito imobiliário somada à queda continuada da taxa marginal de lucro do sistema financeiro neoliberal, que sob a égide da interdependência bancária, da questão energética, dos paradoxos republicanos (2001-2008) e da redução de aliados no cenário financeiro internacional haveria de fixar as coordenadas da auto-dependência da maior economia global. Além do mais, esse conjunto de ocorrências haveria de comprometer o crescimento de economias interligadas, a exemplo da japonesa e as dos países membros da União Européia (UE), inclusive, demonstrando que o tratamento ortodoxo sem resultados pode conduzir o Ocidente, ainda que de forma gradual, à busca de

novos mecanismos para o estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial.

Os desencontros entre as principais autoridades monetárias norte-americanas capitaneadas por Henry Paulson, secretário do Tesouro e autor do plano de recuperação; Charles Schumer, presidente da Comissão Econômica Conjunta do Senado; Chris Dodd, senador pelo Estado de Connecticut e presidente do Comitê Bancário do Senado; John Boehner, líder da minoria republicana na Câmara de Representantes (Câmara Federal); e Nancy Pelosi, deputada democrata pelo Estado da Califórnia e atual presidente da Câmara de Representantes, teriam como conseqüências imediatas a recusa pela Câmara do Plano Paulson – bail out, uma saída com garantias pelas empresas norte-americanas – e a momentânea incredulidade de vários homens de Estado sobre a magnitude dos perigos ameaçadores da atual crise.

As conseqüências da incredulidade puseram novamente o capitalismo em questão, quanto à sua validade como sistema hegemônico. Neste momento não há outro sistema econômico alternativo como em 1929 e as relações entre Estados sustentam-se em seus corolários e, ao que tudo parece, esta sustentação há de prevalecer por muito tempo.

Reformas econômicas são exigidas a passos rápidos, pois todas as economias de mercado estão sendo afetadas. A posterior aprovação do Plano Paulson com a injeção inicial de US\$ 700 milhões ameniza os efeitos da crise, mas não a soluciona – tendo em vista que esta é globalizada – fato contrário ao que as empresas e mercados de crédito desejam de forma imediata, ainda que algumas regras de mercado sejam quebradas e novas formas de regulamentação, até então aleatórias, possam ser implementadas pelo FED.

A solução, que não é imediata, exige acima de tudo, inovações macro e microeconômicas estruturais, pois os tratamentos econômicos e políticos ortodoxos já demonstraram não ser suficientemente eficazes para compensar os custos de oportunidade das sociedades capitalistas, até então vencedoras sem contestação de sistemas econômicos alhures.

Altas injeções monetárias nos mercados de crédito, redução de depósitos compulsórios, redução

das taxas de juros, leilões de moedas estrangeiras pelos bancos centrais e dos gastos públicos, além de isenções fiscais e eliminações de barreiras alfandegárias, como também não alfandegárias atenuam e criam novo fôlego para as economias desenvolvidas e periféricas. Entretanto, não asseguram seus mercados de crédito, não compensam perdas nas bolsas de valores e nem imobilizam os estragos decorrentes das avalanches financeiras. Nelas, os efeitos têm se mostrado diferenciados e ameaçadores à ordem econômica mundial, cuja movimentação em função da crise já ultrapassa US\$ 11 trilhões, cifra ameaçadora à estabilidade empresarial dos diversos regimes de mercado.

Para as economias periféricas – mais próximas das possibilidades de recessão – a exemplo das latino-americanas, asiáticas e em menor grau para as africanas, os efeitos da crise já se fizeram sentir até mesmo nas pequenas e médias empresas. No contexto geral ameaçam a estabilidade político-econômica e cambial, o curso dos investimentos, a sobrevivência das empresas exportadoras, o turismo, a liquidez dos mercados, a inclusão social e, ainda, a sustentabilidade ambiental, necessária à regularidade das taxas de crescimento.

Aleatoriamente aos possíveis efeitos de uma bail out exclusivamente norte-americana, as pequenas e médias empresas e a classe média das economias emergentes estão sendo atingidas em relativa velocidade – através dos mecanismos de preços e

salários e da poupança familiar – diferenciada da que será necessária para a implementação do plano Paulson. Por outro lado, a diplomacia já vislumbra novos caminhos onde os passos estão sendo estabelecidos pelas realidades econômicas. A não capitalização com distribuição dos resultados do Plano Paulson poderá estender o inverno capitalista e, antes do médio prazo, para o mundo globalizado, antecipar a nova ordem econômica, em um novo eixo hemisférico, a ser supervisionada pelos blocos econômicos, selecionados onde o distanciamento entre as loucuras monetárias e o crescimento sustentável predomine.

Recebido em 10/10/2008

Aprovado em 14/10/2008

Palavras chaves: Estados Unidos, crise econômica, globalização

Key words: United States, financial crisis, globalization

Resumo: o artigo trata da crise econômica. Iniciada nos Estados Unidos, ela se espalha pelo restante do planeta. O artigo considera possíveis soluções para ela.

Abstract: the article deals with the economic crisis. Initiated in the United States, the crisis has spread to the rest of the planet. The article discusses the possible solutions.



McCain & Obama versus a administração Bush: economia e segurança nacional

McCain & Obama versus the Bush administration: economy and national security

JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 26 a 27]

A economia e a segurança nacional sempre foram os segmentos mais importantes e comprometidos nas campanhas presidenciais norte-americanas e, agora, não poderia ser diferente. Neste atual momento, os EUA e seus principais aliados europeus – além da China e Japão – estão presenciando de formas diferenciadas, mas com relativa apreensão, os desdobramentos de mais uma inesperada e séria crise de liquidez, cujas causas são endógenas do próprio mercado financeiro norte-americano, reforçadas pelo clima político da sucessão e, em menor intensidade, pelas intervenções no Afeganistão e no Iraque.

Por menos organizado que seja o mercado financeiro norte-americano, quando comparado com o da União Européia e do Japão, observa-se que o poder de fogo do Federal Reserve (FED) não foi utilizado adequadamente, não obstante as injeções monetárias em termos aproximados de US\$ 600 bilhões, cifra considerável para a atual extensão da crise, mas que reflete a preocupação e medo das autoridades monetárias norte-americanas pelo retorno dos fantasmas de 1929. Milton Friedman (1995) ao diagnosticar as causas da crise de 1929 sob a ótica do monetarismo criticou com ênfase a morosidade do governo para implementar injeções monetárias. Desta feita elas surgiram rapidamente, inclusive, advindas da Europa e Ásia, que ultrapassam US\$ 200 bilhões.

Não obstante o tumulto que tende a generalizar-se, o objetivo mais importante da administração

republicana é manter a liquidez do sistema, quer pela adimplência, quer pela regularidade dos fluxos internos de capitais, com suas respectivas taxas de remuneração e pela capacidade de manter regular o atendimento das exigências pecuniárias das transferências multilaterais, internas e externas.

Admite-se que, nesses últimos tempos, em face do acirrado clima eleitoral, o FED tenha deixado o sistema financeiro um tanto livre da sua “rígida” regulamentação, mas o suficiente para promover sucessivos desvios de orientação financeira para a alocação de recursos nos setores estratégicos da economia, particularmente, nas áreas da construção civil, seguros e mercado de ações. Não fugindo à regra e devido à sua flexibilidade e audácia operacionais, foram os bancos de investimento que novamente soaram as trombetas anunciando a chegada da crise.

Por sua natureza e poder cumulativo, as companhias de seguro aliaram-se ao exército da rendição à intervenção estatal, não somente em termos institucionais, mas financeiros e este deverá se aproximar de um montante em termos de US\$ um trilhão. Esse valor será originário das reservas financeiras líquidas ou novas emissões do Tesouro norte-americano, que deverá influenciar, ainda que gradualmente, o poder de compra do dólar no concerto internacional.

Ainda não é extenso o rol de óbitos no mercado financeiro norte-americano, porém, é notória a identidade das instituições fulminadas em tão

* Doutor em História das Relações Internacionais e professor de Formação Política e Econômica da América Latina e do Brasil; professor voluntário do curso de Relações Internacionais e pesquisador colaborador do Centro Integrado de Ordenamento Territorial - CIORD da Universidade de Brasília – UnB (machadoneto@br.inter.net).

curto espaço de tempo: *AIG*, maior seguradora do Ocidente o banco *Bear Stearns*, considerado o quinto maior banco de investimentos dos EUA; *Freddie Mac* e *Fannie Mae*, megainstituições do setor financeiro-imobiliário; *Merrill Lynch*, importante e tradicional banco de Wall Street; *Lehman Brothers*, outro gigante banco de investimentos norte-americano. Tradição, confiabilidade e parceria com o poder ficaram seriamente comprometidas. Além do mais, o corolário de que o mercado pode tudo parece não mais valer para se identificar a economia norte-americana como carro chefe das economias de mercado.

O quadro atual da economia norte-americana, apesar de catastrófico, não deve ser ainda considerado dantesco. Admitindo-se como certa e válida a capacidade de reação do sistema capitalista – a exemplo de 1929-1933 – através da criação e até mesmo da substituição de mecanismos de política econômica, como também da capacidade de recuperação da economia dos EUA – uma coisa mais ou menos idêntica à campanha *rubro-negra* no campeonato brasileiro – são grandes as chances de recuperação da liquidez do seu sistema financeiro e seus impactos nas economias aliadas e periféricas sejam absorvidos sem traumas e que, em termos marginais, o dólar estreite sua diferença em relação ao euro.

Entretanto, neste momento o peso do custo da crise e de seus reflexos em 2009 e períodos seguintes poderão nortear o tom da campanha presidencial. Até agora os candidatos Obama e McCain, com 48% e 42% respectivamente de intenção de votos, não assumiram tons messiânicos para a salvação da economia norte-americana.

Obama tomou a dianteira no que diz respeito à sociabilidade econômica – distanciada de qualquer caracterização socialista – mas distributiva e com segmentos protecionistas direcionados para a classe média e operariado. Até o momento ambos não se posicionaram sobre a origem e mecanismos ideais de combate à crise, que possam ser adicionados ao curso de suas campanhas políticas. Talvez isto possa ser encarado com um excesso de precaução ou até

mesmo falta de definições tácitas das autoridades monetárias norte-americanas.

McCain, do tipo conservador tem atentado para a correção das falhas da administração Bush, porém sem comprometer a imagem republicana da atual administração, o poder de compra da moeda e a crença mundial do mercado norte-americano. Além do mais, a administração republicana sendo conservadora, pode-se admitir o fortalecimento do FED mediante mudanças na regulamentação do sistema financeiro e, inclusive, a busca de uma maior identidade com os bancos centrais europeus e asiáticos, virtuais fiadores do monetarismo norte-americano.

Sem sombra de dúvida o espectro republicano deverá continuar monetarista, com os olhos voltados para o concerto externo em defesa da moeda no comércio internacional. No contexto interno, é visível que ambas as plataformas políticas objetivem a retomada do crescimento industrial, priorizando o aproveitamento dos níveis de capacidade ociosa e de produtividade dos setores econômicos estratégicos e uma possível paz entre os partidos majoritários, enquanto durar a fase de recuperação econômica.

Recebido em 12/10/2008

Aprovado em 17/10/2008

Palavras chaves: Estados Unidos, eleição presidencial, crise financeira

Key words: United States, presidential election, financial crisis

Resumo: o artigo trata da eleição presidencial nos Estados Unidos. Analisa a plataforma econômica dos dois candidatos: Barack Obama e John McCain.

Abstract: the articles discusses the presidential election in the United States. It analyses the economic proposals of the two candidates: Barack Obama and John McCain.

A crise financeira mundial e a América Latina: pragmatismos sem teses inovadoras

The world financial crisis and Latin America: pragmatisms without innovating thesis

JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 28 a 31]

Atualmente o vocábulo crise se tornou o mais proferido no contexto urbano, desde o cidadão comum pertencente a qualquer um dos diferentes níveis de negócios, até os ocupantes de altos postos de empresas e de organismos governamentais. Mas, como definir crise sem apelar para os aspectos predominantes da trivialidade? Para o cidadão de todos os níveis, crise nada mais é do que uma turbulência, um descompasso passageiro ou uma confusão prolongada em determinados segmentos do cotidiano. Entretanto, para os economistas, principalmente os *keynesianos* e, até mesmo, para alguns *neokeynesianos*, crise é o desvirtuamento da demanda agregada.

A tipologia da crise, felizmente, não é extensa. De maneira geral, as crises podem ser endógenas ou exógenas; de caráter endêmico ou de natureza epidêmica; estruturais ou de liquidez; e, ainda, especificamente de oferta, que além exclusivas, são distanciadas de quase todas as demais e, principalmente, das denominadas político-institucionais, ou seja, crises políticas, cuja responsabilidade da gênese e desdobramentos cabe à fragilidade dos partidos políticos.

Ao longo do tempo dessas ocorrências, ou seja, das crises, a influência da organização da produção, a política fiscal e a regularidade dos mercados têm servido não somente como balizadores, mas principalmente como importantes e sérios conselheiros que, além de dispensarem a contrapartida das remunerações, têm facilitado sobremaneira a extinção de descompassos entre a oferta e a demanda; entre preços, contratos e

salários; e, principalmente, entre os agentes privados e públicos na conquista dos excedentes econômicos. Desta feita, quando prolongados, também favorecem o aparecimento de crises de oferta.

As crises endógenas são, na sua maioria, estruturais, de liquidez do sistema financeiro, de natureza político-institucional e, especificamente, de oferta, ou seja, de superprodução, formadora de grandes estoques e deflações. São acompanhadas de reduções salariais e de outras medidas de política econômica restritivas. A crise de 1929 assumiu o caráter dual: estrutural e de liquidez e com conotações epidêmicas. Apesar de sua predominante caracterização de econômica, não teve também a sua origem em incidentes político-institucionais.

De maneira geral, as crises são fenômenos inerentes ao sistema capitalista e como se pode observar resultantes de suas imperfeições. Há quem afirme que são necessárias para testes e atualizações de mecanismos de política econômica e também para viabilizar a importância da mobilidade dos agentes econômicos, comprovadamente atestada nas salvaguardas impostas entre 1929-1933.

Mário Henrique Simonsen (1935-1997), no livro *Ensaio Analítico* (FGV, 1994), ao tratar da Grande Depressão norte-americana da década de 30 apresenta primeiramente a visão keynesiana. Esta, como sendo o resultado da queda dos investimentos privados acoplada a graves erros de política fiscal após a saturação de um ciclo de inovações no setor industrial e da taxa de desemprego de 8,7%, levando

* Doutor em História das Relações Internacionais e professor de Formação Política e Econômica da América Latina e do Brasil; professor voluntário do curso de Relações Internacionais e pesquisador colaborador do Centro Integrado de Ordenamento Territorial - CIORD da Universidade de Brasília – UnB (machadoneto@br.inter.net).

a economia norte-americana à recessão, com reflexos globalizantes.

Para Milton Friedman (1912-2006), também citado por Simonsen, num diagnóstico totalmente adverso ao de Keynes, a Grande Depressão foi resultante de erros do Federal Reserve (FED), que permitiu, por omissão, que os meios de pagamento diminuíssem em 26,5% no período entre 1929-1933. Tal fato ligado às sucessivas falências bancárias e continuadas retiradas de depósitos entre 1930-1931 haveria de provocar uma considerável queda no multiplicador dos meios de pagamento, detonando a deflação e a conseqüente depressão. Em ambos os diagnósticos, nota-se a ineficiência ou tibieza dos mecanismos reguladores do Estado, o que demonstra uma área de flacidez no realismo do século XX.

Desta feita, a ação do Estado foi rápida na preservação do monopólio da emissão e do poder regulador da moeda, levando os bancos europeus ao mesmo tipo de comportamento dos bancos norte-americanos, distanciando assim as economias envolvidas diretamente na crise da deflação e, conseqüentemente, da depressão. Entretanto, isso não pode significar que o mal foi cortado pela raiz, pois esta, além demonstrar que pode ser longa, possui tentáculos que alcançam mercados hemisféricos. Quanto mais se estreitam os riscos de mercado com a demora de resultados do Plano *Paulson*, mais complexas hão de se tornar as relações internacionais do sistema planetário, que após a queda da bipolaridade pareceu ser estável e situar-se bem próximo da uniformidade econômica.

A interdependência das economias liberais não permite excetuar mercados das perdas cambiais advindas das turbulências monetárias. Ainda que diferenciadas, elas persistem e exigem tratamentos personificados. Aos EUA e à União Européia (UE) cabem maiores cifras e a maior responsabilidade pela salvaguarda dos atuais paradigmas capitalistas, pois nos seus espaços econômicos centram-se as maiores aventuras especulativas, bem como as mais significativas falhas de regulação financeira sem as respectivas contrapartidas sociais.

A inviabilidade da divisão de prejuízos notória no passado já não encontra atualmente aceitação em espaços delimitados do concerto internacional. Ásia e América Latina, apesar de diferentes níveis

de geração de riqueza e acumulação distributiva, previnem-se contra a velocidade do capital não produtivo com relativa desconfiança dos tratamentos ortodoxos e criam fronteiras institucionais para a defesa de seus modelos de crescimento, ameaçados pelo possível retorno de protecionismos hemisféricos. É conhecida a intenção da China em reduzir o ritmo de crescimento centrado em investimentos diretos, no comércio exterior de baixa competitividade e, inclusive, através da participação de seus capitais em investimentos localizados em mercados emergentes.

Protege-se a China da ameaça da inadimplência das balanças comerciais das economias emergentes, mas não chega a tipificar a sua em autárquica, pois ainda depende da agressividade dos fluxos de capitais para financiamento do setor externo, via Hong Kong e outros centros comerciais periféricos. A amplitude de escolha de onde buscar e alocar recursos favorece a China e, de certa forma, retarda impactos da crise em sua economia dual.

A América Latina, com raras exceções, a exemplo do Haiti, Bolívia e Paraguai – países mais pobres do continente – vive neste momento ameaçado pelas turbulências da crise financeira mundial em um clima de relativa estabilidade comercial e monetária. É claro que a maioria dos seus Estados não está e nem permanecerá imune aos tentáculos da crise, no curto ou no médio prazo, pois suas extensões ainda não estão bem definidas.

Ao excetuar-se o longo prazo, pois nele certamente quase todos os agentes econômicos estarão mortos, é de se considerar que a maioria dos fenômenos monetários é típica do curto prazo, mas, às vezes, com ocorrências no médio prazo. Neste caso têm-se as bombas de efeito retardado que explodem com muito barulho e, além do mais, causando estragos na ordem político-social vigente, independentemente, do poder de suas bases democráticas de sustentação, como é o caso da Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela, esta às voltas com a queda acentuada do preço do petróleo, que até há pouco tempo era considerado o principal fiador dos seus planos de inclusão social e a âncora de bravatas bolivarianas.

A Venezuela, particularmente, está mais próxima dos estilhaços atirados pelos agentes do descompasso norte-americano. Embora tenha retirado há tempos

suas reservas monetárias dos bancos norte-americanos, ainda mantém elevado grau de dependência dos EUA, que além de ser seu maior comprador de óleo, também exporta grande parcela complementar da oferta interna venezuelana. A deterioração das relações de intercâmbio Venezuela/EUA, ainda que em médio prazo, poderá conduzir a Venezuela a uma séria crise de liquidez, paralela a uma crise político-institucional, com reflexos nefastos para a região, que certamente seriam transmitidos, primeiramente, para Havana, Quito e La Paz, com novas perturbações ao frágil equilíbrio regional.

As perspectivas que a maioria dos regimes de mercado latino-americanos – com grande incidência oligopolista – esteja próxima da mordaca *contracapitalista* não são absolutamente verdadeiras. Por outro lado, também, não está descartada plenamente a idéia de preparação de brigadas ou de forças-tarefas para empreender o combate aos impactos da crise. Alguns países, a exemplo da Argentina criaram comitês de defesa para monitoramento da crise, visando à proteção cambial e a regularidade dos preços das suas principais *commodities*, cujas elasticidades já prenunciam quedas em suas exportações e o encarecimento de suas importações, com reflexos imediatos nos preços internos, ou seja, a possível volta gradual da inflação, com uma repartição desigual dos prejuízos.

As economias brasileira e chilena, ambas, ainda consideradas como as mais estáveis do Cone Sul, com reservas externas proporcionalmente ao PIB (2007) em termos de 11,2% e 15,4% respectivamente, não estão imunes aos efeitos recessivos da crise.

O Brasil – além de algumas medidas facilitadoras para o sistema financeiro advindas do Banco Central para conter a disparada do dólar norte-americano, os aumentos da taxa básica de juros, interromperem a letargia involuntária dos bancos privados, assegurar o financiamento às exportações e exigir garantias e contrapartidas nos possíveis resgates de empresas em dificuldades financeiras – visa criar um terreno favorável para implementar medidas de natureza fiscal e de regulação monetária. Os efeitos esperados poderão ultrapassar a simples caracterização político-monetária, além de dispensar a emissão de documentos de exceção que possam facilitar a estatização de segmentos econômicos.

As medidas originárias do Banco Central do Brasil podem, à primeira vista, ser consideradas ortodoxas em termos de política econômica, porém, são vistas como as mais exequíveis e adaptáveis ao momento financeiro, levando-se ainda em consideração a relativa homogeneidade entre os mercados financeiros latino-americanos, tendo em vista que esses mercados, diante da versatilidade dos efeitos nefastos da crise, devem ficar a reboque do Brasil e, até mesmo, como uma adicional salvaguarda da recessão que se avizinha globalmente.

A exemplo do Banco Central Europeu, que já alocou mais de US\$ 500 bilhões para garantir a liquidez das economias européias, o FED atuou com aproximadamente US\$ 600 bilhões destinados na sua maior parte ao fortalecimento das reservas dos bancos e dos fundos mútuos; surgindo perspectivas da Inglaterra e França em alocarem US\$ 26 bilhões e US\$ 14,1 bilhões respectivamente em seus mercados financeiros. Por conseguinte, o Banco Saudita manifesta-se em inserir-se no rol contributivo de divisas, globalizando os aportes, cujas dimensões podem atingir a cifra de US\$ um trilhão, valor possivelmente necessário à materialização estrutural da América do Sul e África, conjuntamente, dentro de uma noção de oportunidade econômica.

O BACEN agilizou recentemente US\$ 550 milhões em *swaps* cambiais – tipo de operação na qual a autoridade monetária recebe certo valor corrigido pela taxa de juros básica e a contraparte ganha a variação cambial no mesmo período. Além disso, entre setembro e outubro foram vendidos mais de US\$ 800 milhões em moeda fixa para a sustentabilidade do mercado de câmbio, bem como para atenuar a cotação da moeda norte-americana, que tem oscilado nas cotações de R\$ 2,36 a R\$ 2,38 (R\$ 1,00/US\$ 1,00), mas já acenando com possíveis baixas em torno de 5,0% a 6,0%.

O mais recente aporte no mercado financeiro foi de US\$ 50 bilhões em operações de mercado futuro. Essas operações com fins específicos ainda não ameaçaram a magnitude das reservas em moeda estrangeira, ao contrário das injeções em moeda fixa.

A identidade da economia brasileira com as demais economias latino-americanas não deve ser observada mediante os níveis dos aportes em moeda fixa norte-americana, pois esses aportes são

materializados em função do nível de reservas em moeda estrangeira, saldo da balança comercial, saldo de transações correntes, elasticidade-preço das exportações, valor das obrigações externas imediatas e, alguns casos, da capacidade para importar.

No atual momento esses indicadores sul-americanos são bastante diferenciados e até mesmo dispersos. Assim, a identidade econômica latino-americana diante da crise apresenta-se através das contingências cambiais, situações particularizadas e, em termos gerais, pelo dinamismo econômico que, segundo o FMI, através do Relatório Panorama Econômico Mundial, a perspectiva de crescimento da região para 2009 foi reduzida em 1,0%, não devendo ultrapassar o teto de 3,2%, que se perpetuado, poderá aumentar a vulnerabilidade econômica da América Latina.

A desaceleração prevista pelo FMI para a América Latina deverá ocorrer em ritmo e em fases diferenciadas do que certamente ocorrerá nas economias norte-americana, canadense, e nas da UE. Mais distantes ficarão ainda os parâmetros comparativos com as economias chinesa e japonesa, pois suas desacelerações poderão ter como muralha a recuperação das economias européias recentemente regulamentadas, antes de atingirem as economias latino-americanas. Na América Latina, Brasil e México podem ser considerados exemplos paradoxais. O México, por concentrar perto de 85% suas transações comerciais com os EUA, certamente sofrerá mais com a *débâcle* norte-americana, porém, no contexto latino-americano se apresenta com maior poder de recuperação para possíveis intenções de transformações estruturais.

O Brasil, por sua vez, superavitário, com reservas em moeda estrangeira em termos de US\$ 200 bilhões, com endividamento externo abaixo de 40% do PIB, uma demanda efetiva sob gradualismo monetário e com perspectivas de crescimento superior a 3,0%, poderá, dependendo de a coerência macrofiscal sobressair-se no cenário internacional investindo com ênfase em energia, etanol e gás. Além do mais, poderá apaziguar as forças contrárias ao MERCOSUL ao maximizar com relativa folga os ganhos exportadores do agronegócio.

Mantendo-se o Brasil neste curso – como uma decisão estratégica, sem a necessidade imediata

de aumentar o endividamento – via FMI ou Banco Mundial, já que ambos se têm colocado à disposição das economias emergentes – e sem o imperativo de medidas institucionais estatizantes, teríamos um país gradualista e contributivo para um novo eixo econômico possivelmente distanciado do elo EUA/EU. Por conseguinte, as demais economias do continente sul-americano, durante e após a crise, tenderiam a caracterizar-se, certamente, como caudatárias do modelo brasileiro.

Após esta nova tormenta do capital – caracterizada por pragmatismos sem inovações na ortodoxia econômica predominante – na qual, segundo os observadores realistas, as perdas não socializadas deverão ultrapassar US\$ 1,00 trilhão a preços atuais, uma nova ordem econômica poderá surgir em substituição ao liberalismo flexível, mas não adaptável plenamente a todos os continentes.

Tão logo seja alcançada a regularização dos mercados financeiros globalizados e os sistemas produtivos voltem a funcionar com o mínimo de capacidade ociosa, será preciso eliminar o perigo da pressão da estatização como principal salvaguarda do poder econômico. Isto não significa absolver ou indultar plenamente o Estado da responsabilidade da crise, lançando a culpa aos agentes econômicos das grandes economias, pactuantes das falhas institucionais e reguladoras, tão necessárias ao equilíbrio dos mercados e, conseqüentemente, do aprimoramento das relações internacionais.

Recebido em 09/10/2008

Aprovado em 14/10/2008

Palavras chaves: América Latina, crise financeira, Brasil
Key words: Latin America, financial crisis, Brazil

Resumo: o artigo trata dos efeitos da crise financeira na América Latina. Analisa os possíveis impactos sobre algumas economias da região.

Abstract: the article discusses the effects of the financial crisis in Latin America. It analyses the possible impacts on some economies of the region.



Relações Caracas-Moscú: implicações da presença russa no mar do Caribe

Relations Caracas-Moscow: implications of the Russian presence in the Caribbean Sea

PABLO P. SAMPEDRO ROMERO*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 32 a 34]

O padrão de relações entre a Federação Russa e o Ocidente alterou-se sensivelmente desde o final da Guerra Fria, em um contexto de crescente interdependência energética, aumento mundial dos preços de *commodities* e recuperação política e econômica da Rússia. Uma maior assertividade das iniciativas da política externa russa foi percebida no âmbito regional, especialmente nas áreas que correspondiam a tradicionais zonas de influência da União Soviética, como o Cáucaso, a Europa oriental e os países bálticos.

Essa tendência foi evidenciada em uma série de eventos – como nos casos da crise política ucraniana, das ameaças de interrupção de fornecimento de gás aos países bálticos e do leste europeu, da deterioração generalizada das relações com a Geórgia, bem como da discordância quanto à emancipação de Kôsovo – e representam uma mensagem explícita por parte da Rússia de que o país tem plenas condições de projeção de poder no âmbito regional e de que estaria disposta a manter ou recuperar suas zonas de influência tradicional – muitas das quais perdidas para o avanço de outros atores como a UE – impedindo que essas regiões se configurem como espaços para a coexistência de visões estratégicas concorrentes.

Paralelamente, observou-se outra linha de ação da política externa russa, no que se refere a uma maior aproximação com a Venezuela. Se analisado de um ponto de vista mais amplo, o processo de aproximação entre os dois países revela uma tendência iniciada desde 2004, com a realização da primeira reunião

de alto nível entre Venezuela e Rússia e com uma série de eventos subsequentes que envolveram, em especial, a venda de armas e a assinatura de acordos de cooperação técnica e militar.

O incremento das relações entre os dois países pode ser compreendido como uma iniciativa do governo venezuelano, à medida que os ganhos políticos obtidos com a aproximação seriam mais evidentes para Caracas que para Moscou. Entre 2004 e 2006, as vendas de armas russas para a Venezuela foram crescentes – representadas principalmente por aviões de caça, helicópteros e 100.000 fuzis de assalto AK 47 – fenômeno que foi criticado por Washington, que via na militarização da Venezuela um fator de desestabilização regional. Do ponto de vista venezuelano, o aumento da cooperação com a Rússia pode ser compreendido como parte de uma iniciativa mais ampla de expansão de parcerias estratégicas, realizada com o objetivo de contrapor-se politicamente à potência hegemônica.

As incompatibilidades retóricas e as visões estratégicas concorrentes que separam Washington de Caracas foram instrumentalizadas por Chávez em diversas iniciativas de aproximação com Irã e Síria. Entre junho e agosto de 2008, Chávez visitou Teerã e Damasco, oferecendo apoio político incondicional ao projeto nuclear iraniano e assinando uma declaração conjunta com o governo Assad, em que reiterava seu compromisso contra as “agressões imperialistas” dos EUA. O projeto de diversificação de parcerias foi, ainda, confirmado pela aproximação com Beijing, o que

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise de Relações Internacionais – LARI (pablopsrel@yahoo.com.br).

representaria, ao menos, uma grande oportunidade de ganhos econômicos, levando-se em conta que a China é um atraente mercado consumidor de petróleo. A parceria com o Irã, mesmo que não represente uma oportunidade de ganhos econômicos, possui importância estratégica evidente, dada a expertise nuclear adquirida pelo país nos últimos anos.

A despeito dos ganhos políticos e econômicos mais imediatos, é importante notar que o projeto de diversificação de parcerias empreendido pela Venezuela tem um caráter anti-hegemônico, dado o status internacional dos parceiros envolvidos, de suas relações mais distanciadas com os EUA e de um interesse comum – presente no discurso – em contrapor-se às “intenções hegemônicas do império norte-americano”.

Dois eventos funcionaram como fatos detonadores que permitiram a convergência de dois processos de contestação hegemônica, até então interpretados como autônomos: (1) a aproximação da Venezuela e Rússia em matéria de cooperação militar, que se inscreve em uma tendência de diversificação de parcerias estratégicas operada por Caracas, e (2) as crescentes demonstrações de projeção de poder russas no âmbito regional, impondo limites à expansão do Ocidente em suas zonas tradicionais de influência.

O primeiro evento corresponde à reativação da IV Frota naval dos EUA, em julho de 2008, responsável por operações militares no Atlântico Sul. Segundo o governo americano, o objetivo da reativação seria o combate ao narcotráfico e a realização de exercícios militares conjuntos, sem a pretensão de aumentar a presença naval americana no Caribe e América Latina. A decisão causou, contudo, incômodo em algumas lideranças latino-americanas, notadamente na Venezuela.

O segundo evento insere-se no difícil contexto político do conflito georgiano, quando, sob a égide da OTAN, dois navios da VI Frota americana aportaram em Batumi e Poti, no Mar Negro, para supostamente prestar ajuda humanitária. O Kremlin acusou os EUA de estarem rearmando o governo de Tblissi por meio deste tipo de expedição e Putin afirmou que “haveria, definitivamente, uma resposta” ao ocorrido.

Como já afirmado, os dois eventos funcionaram como elementos catalisadores para um incremento mais acentuado das relações entre Venezuela e Rússia, sobretudo no âmbito da cooperação militar. No final de setembro Chávez firmou em Moscou diversos acordos políticos e financeiros, após um amplo processo de revisão da cooperação bilateral em matéria industrial, tecnológica e militar. Pouco antes, ainda no início do mês, Chávez afirmara que caso a aviação estratégica russa tivesse necessidade de aterrissar em território venezuelano, poderia fazê-lo, o que, de fato, ocorreu, quando dois bombardeiros russos aterrissaram no país para realizar exercícios de patrulha em águas internacionais.

Outro acontecimento que marca um passo importante na evolução das relações entre os dois países foi o anúncio reiterado dos dois governos de que realizariam exercícios navais militares conjuntos no Mar do Caribe, ainda em novembro. Esses exercícios consistiriam, segundo o governo russo, em manobras conjuntas com a marinha venezuelana de busca e salvamentos, bem como testes de telecomunicações. Os navios já teriam deixado o porto de Severomorsk e estariam a caminho do litoral da Venezuela.

Se do ponto de vista técnico os exercícios militares têm pouca importância, do ponto de vista político, histórico e simbólico eles assumem significado considerável. É importante notar que, desde o final da Guerra Fria e do desmantelamento do sistema de cooperação que existia entre Cuba e a URSS, a presença militar russa na América Latina foi nula. Embora os testes militares planejados para novembro representem o ponto máximo da presença estratégica russa na região, até o presente, outras iniciativas de aproximação são previstas em relação a países como Cuba, Nicarágua e Bolívia. Nesse sentido, os dois eventos detonadores teriam conferido à Rússia a possibilidade de instrumentalizar a presença político-estratégica incipiente na América Latina – canalizada por meio da cooperação militar com a Venezuela – para dar mais amplitude a seu projeto de contestação hegemônica, operado inicialmente em nível regional e, agora, em nível transcontinental.

Mais do que uma intenção real de projeção de capacidades militares na América Latina – já que em termos materiais a capacidade real de projeção de poder da Rússia é bastante limitada- a aproximação russo-venezuelana tem um caráter simbólico muito importante. Os exercícios militares representam ao mesmo tempo uma resposta imediata à presença naval americana no mar Negro – e à intromissão do Ocidente em zonas tradicionais de influência russa – e uma mensagem explícita de que a federação tem condições de projeção de poder em escala extra-regional. Do ponto de vista simbólico, a presença militar russa em uma zona de influência tradicional dos EUA seria, assim, uma mensagem de que a Rússia não deve ser vista nem tratada como mera potência regional.

A definição de cenários requer uma compreensão mais profunda a respeito dos elementos que conferem substancialidade à parceria Caracas-Moscou. Se por um lado observa-se a presença de interesses econômicos na cooperação entre os dois países, por outro se nota a prevalência da dimensão política. O elemento de contestação anti-hegemônica e o caráter fortuito parecem ser os aspectos mais centrais da aproximação entre os dois países, que não chega a adquirir maior consistência ideológica, como nos tempos da Guerra Fria.

De fato, não há indícios de que as iniciativas russas engendrem uma reação imediata por parte dos Estados Unidos. Em termos gerais, a presença do

Ocidente na região de influência russa é mais forte que a capacidade russa de projetar poder em zonas tradicionais de influência dos EUA. A mensagem russa, contudo, tem sido bem transmitida ao longo dos últimos anos, por meio da assertividade acentuada da sua política externa. É provável que as empreitadas russas na América Latina sejam uma demonstração definitiva para o Ocidente de que a Rússia deve ser enxergada como uma grande potência, com capacidade de projeção de poder em escala extra-regional que deve ser devidamente incluída na arena política internacional.

Recebido em 14/10/2008
Aprovado em 19/10/2008

Palavras chaves: Estados Unidos, Rússia, Venezuela
Key words: United States, Russia, Venezuela

Resumo: o artigo trata da política externa da Rússia, país afastado da América do Sul desde o fim da Guerra Fria. Nesse sentido, aborda o relacionamento entre Moscou e Caracas.

Abstract: the article deals with Russia's foreign policy, a country not present in South America since the end of the Cold War. As for that, it discusses the relationship between Moscow and Caracas.



Perspectivas para a resolução de um conflito: a retomada das negociações no Chipre e a relevância da UE

Perspectives to the resolution of a conflict: the renewal of the negotiations in Cyprus and the relevance of the European Union

RAFAEL DA SOLER*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 35 a 38]

A análise do conflito que mantém a ilha do Chipre dividida há mais de três décadas fornece um exemplo interessante de interação entre diferentes atores internacionais em um contencioso envolvendo comunidades nacionais. O caso cipriota adquire maior relevância por se tratar de um importante conflito não resolvido em um país membro da União Européia (UE), trazendo conseqüências para a dinâmica do bloco e de sua região. A retomada das negociações para reunificação da ilha em setembro passado representa a possibilidade de resolução da questão no médio prazo e permite uma aproximação ao tema, analisando sua evolução histórica e o papel dos principais atores envolvidos, com ênfase na crescente relevância horizontal da UE no processo.

A ampliação dos contatos entre líderes greco-cipriotas e turco-cipriotas ao longo de 2008, culminando em vários gestos simbólicos referentes à aproximação das comunidades e no restabelecimento das negociações formais para reunificação, indica a possibilidade real de se alcançar a resolução do conflito no médio prazo. O resgate do histórico da disputa cipriota se faz, portanto, necessário para se compreender o importante papel de atores externos nos processos domésticos.

A ocupação turco-otomana no Chipre termina efetivamente em 1878, quando da derrota para a

Rússia na Guerra Russo-Turca (1877-1878). A administração da ilha passa para o Império Britânico e se consolida com a dissolução do Império Turco-Otomano após sua derrota na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), sendo declarada colônia da Coroa em 1925. Neste período, já se identificam tensões entre as duas comunidades principais: os turco-cipriotas (18% da população) e os greco-cipriotas (82% da população). Contudo, o objetivo comum que unifica a população é o fim do regime colonial britânico, minimizando o potencial de conflito intercomunal.

Este se inicia de fato em 1955, com a fundação da Organização Nacional dos Lutadores Cipriotas (referida pela sigla em grego EOKA). O grupo congregava nacionalistas greco-cipriotas que lutavam pelo fim do regime colonial e pela posterior unificação da ilha à Grécia (objetivo geralmente referido como *enosis*, do grego "união"). As autoridades britânicas iniciaram uma política de recrutamento de turco-cipriotas em suas forças policiais para combater o EOKA. As ações do EOKA, conseqüentemente, se converteram em violência contra a minoria turco-cipriota, que em contrapartida fundou, em 1958, a Organização de Resistência Turca (TMT, em turco), que buscava impedir a *enosis* e advogava a partição da ilha entre as duas comunidades (ou *taksim*,

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (rafadasoler@yahoo.com.br).

“partição” em turco). Os objetivos contraditórios da *enosis* do EOKA e da *taksim* do TMT fomentaram não apenas a violência contra as autoridades britânicas como também contra os grupos apostos.

O processo de independência culmina com a assinatura da Constituição em 1960 por líderes greco e turco-cipriotas, por meio da mediação do Reino Unido, Grécia e Turquia, que agiram como *guarantor powers*. Foi estabelecido um Estado bi-comunal, com o reconhecimento dos turco-cipriotas como comunidade política autônoma e de direitos especiais que excediam sua proporção demográfica na população geral do país. O ressentimento gerado entre os greco-cipriotas aumenta as fricções e motiva a proposição de emendas à Constituição em 1963. Os turco-cipriotas, considerando inaceitáveis tais propostas, se retiram do Parlamento e, um mês mais tarde, é deflagrada a violência contra a minoria turcófona. Com o conflito, ocorre a intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da *United Nations Peacekeeping Force in Cyprus* (UNFICYP) e a separação física das comunidades, com a demarcação de enclaves para os turco-cipriotas. As instituições da República do Chipre passam a ser ocupadas majoritariamente por greco-cipriotas, enquanto os enclaves são auto-governados.

Em 1974 ocorre um golpe nacionalista instigado pela junta militar governante na Grécia, objetivando a *enosis*. A Turquia utiliza seu papel de *guarantor* estabelecido nos tratados de independência para intervir e ocupa a parte norte da ilha, sem obter, contudo, o reconhecimento da legitimidade da ação por parte da comunidade internacional. Mais de 150.000 deslocados têm de deixar suas propriedades para fugir para o sul (no caso dos greco-cipriotas) ou para o norte (no caso dos turco-cipriotas). O fracasso das negociações subseqüentes em alcançar uma solução comum para a questão faz com que os turco-cipriotas declarem, em 1983, a República Turca do Norte do Chipre, reconhecida apenas pela Turquia. A República do Chipre alega ser o único Estado legítimo em toda ilha e é apoiada pela comunidade internacional neste sentido. A busca pela resolução do conflito tem se desenrolado sob os auspícios das Nações Unidas, porém sem resultados efetivos.

Com a assinatura do Tratado de Ascensão à União Européia pela República do Chipre em 2003 aumenta a pressão para uma solução e em 2004 é votado pelas duas comunidades o Plano Annan, que previa a criação de uma federação composta por duas comunidades autônomas antes da entrada do Chipre à UE. Cerca de 65% dos turco-cipriotas votam favoravelmente ao plano, mas 76% dos greco-cipriotas o rejeitam, acabando com a possibilidade de reunificação imediata.

As eleições presidenciais no início de 2008 colocam na presidência o moderado Demetris Christofias. Em março, juntamente com o também moderado líder turco-cipriota Mehmet Ali Talat, anuncia a retomada das negociações para reunificação ainda neste ano. Posteriormente, é feita a abertura de um novo ponto na fronteira, na rua Ledra da capital dividida Nicósia, que permanecera fechada por 30 anos. Em abril se iniciam os grupos de trabalho responsáveis por compilar o trabalho feito até então sobre as propostas de reunificação. Compostos por greco-cipriotas e turco-cipriotas, e moderados por representantes da ONU, os trabalhos ocorreram de maneira bastante positiva, na avaliação do porta-voz da UNFICYP Jose Diaz.

Os pontos relativos a uma soberania e cidadania comuns já eram consensuais quando do início formal das negociações, em setembro. O encontro entre Christofias e Talat na zona protegida pelas tropas da UNFICYP na Linha Verde, em Nicósia, foi marcado pelo tom otimista com que os principais envolvidos tratavam o tema, Talat falando em reunificação até o final de 2008. O que singulariza o início deste processo é, justamente, a disposição política dos dois principais líderes cipriotas em dialogar em um momento em que os demais atores (UE, Reino Unido, Grécia e Turquia) também apóiam as negociações.

O envolvimento da ONU, por meio da UNFICYP, tem tido como objetivo principal evitar um conflito humanitário como ocorrido nos anos 60. As negociações para reunificação são incentivadas e apoiadas, porém dependem em última instância da disposição política dos atores envolvidos, de modo que a organização passa a ter o papel de agente de bons ofícios.

As relações da República do Chipre com a União Européia remontam a 1972, quando foi assinado o Acordo de Associação com a Comunidade Econômica Européia. Pode-se afirmar corretamente que a UE tem exercido um papel residual na busca por uma solução da disputa quando comparada com a ONU ou o Reino Unido. Entretanto, deve-se ter em mente que os momentos principais do conflito (1955, 1960, 1963-64 e 1970) ocorreram quando a UE não havia ainda se transformado em ator político internacional relevante que aspirasse afetar processos políticos em terceiros países. Desde então, houve um maior envolvimento do bloco europeu, principalmente quando se tornou clara a possibilidade de adesão do Chipre nos anos 90. O impacto da perspectiva européia foi particularmente sensível no ambiente doméstico cipriota. O argumento econômico apontava o afluxo de investimentos institucionais europeus direcionados à infra-estrutura e a integração a um amplo mercado comum como motivações principais à adesão. A partir disso aumentaria a disposição em se negociar uma solução que beneficiasse toda a população, potencializando os ganhos econômicos derivados da adesão à UE.

Contudo, houve, durante todo o processo negociador, dois fortes argumentos políticos, relacionados à disputa entre as duas comunidades. Primeiramente, argumentava-se que se, por um lado, a entrada do Chipre na UE representaria perda de autonomia política, por outro, é justamente essa restrição no processo político interno que tornaria a adesão interessante ao eliminar uma grande fonte de tensão entre as duas comunidades. A delegação de alguns ramos de decisão política à autoridades supranacionais diminuiria, portanto, o clima de desconfiança interna (NICOLAIDES, 1990). O segundo argumento sugeria que a entrada do Chipre na UE seria capaz de fomentar uma identidade cipriota européia, superando o antagonismo gerado pelos nacionalismos grego e turco (PERISTANI, 1998). Como exemplo de tal situação, pode-se apontar o caso da Irlanda, onde a adesão ao bloco europeu foi seguida de maior tolerância e entendimento mútuo entre a comunidade católica e a protestante.

Os argumentos supracitados mostram a relevância da União Européia na resolução do conflito cipriota. Apesar do não envolvimento direto da UE no processo negociador, nota-se que os interesses de todas as partes remetem, em última instância, ao bloco europeu. O envolvimento dos demais atores tem sido estruturado em torno das dinâmicas de uma relação em evolução. Assim, com a clara perspectiva da entrada do Chipre na UE nos anos 90, Grécia e Reino Unido passaram a se envolver cada vez mais a partir de suas identidades de membros da União Européia. Já a Turquia tem vinculado seu envolvimento à identidade de Estado aspirante a adesão à organização. Paralelamente, a ação da ONU e dos EUA tem se dado cada vez mais em concerto com a UE enquanto principal ator política da região.

Contudo, a relevância da União Européia não se dá apenas no sentido de favorecer uma solução. Por um lado, a entrada do Chipre na UE antes da resolução de sua disputa interna forneceu às autoridades cipriotas elementos de barganha política, principalmente em questões relacionadas à Turquia. A possibilidade de veto no Conselho Europeu fortaleceu a posição da República do Chipre em um contexto em que esse veto pode ser utilizado para barrar a entrada turca na UE. Por outro lado, os anos pós-adesão têm sido muito prósperos para os greco-cipriotas: o crescimento econômico entre 2000 e 2006 foi acima da média européia e no início de 2008 o país foi o primeiro dos “novos membros” da UE a adotar o Euro. Já os turco-cipriotas sofrem as restrições econômicas impostas pela falta de reconhecimento de seu Estado. As exportações são direcionadas principalmente para a Turquia e faltam investimentos públicos e privados. O *acquis communautaire*, o conjunto de regras e legislações da UE, só se aplica à parte sul, de modo que os cidadãos turco-cipriotas não gozam das vantagens trazidas pela integração européia. Com isso, a manutenção do status quo não é uma opção necessariamente ruim para os greco-cipriotas, o que fortalece sua posição nas negociações.

A posição greco-cipriota é, portanto, a mais propensa a recusar um possível acordo negociado entre as partes. A população como um todo apóia

a solução do conflito, o que restituiria a unidade nacional e permitiria ao país aproveitar todas as suas potencialidades. Contudo, a questão das 38.000 tropas turcas estacionadas no norte para prover segurança à população local e a questão das propriedades greco-cipriotas ocupadas pelos turcos em 1974 são pontos relevantes a serem negociados para que se possa alcançar um acordo comum. A presença de líderes moderados, tanto no sul como no norte, favorece este resultado, o que não se verificava em 2004. As rodadas de negociação até agora tem mantido o consenso em torno do ideal de uma federação formada por duas comunidades autônomas, porém com cidadania e soberania comuns. Os principais contenciosos ainda são as questões das tropas turcas e da reparação de danos às propriedades. Neste ponto, a posição turca é fundamental: o meio político na Turquia se divide entre aqueles que favorecem uma postura pró-européia de resolução do conflito e aproximação com Bruxelas e aqueles que vêem a importância estratégica das tropas turcas em um território localizado a menos de cem quilômetros de seu litoral sul. Alcançar uma postura única será fundamental para o governo de Ankara em um momento em que sua entrada na UE parece muito distante.

Pode-se concluir que a aproximação do Chipre com a União Européia tem adicionado novas variáveis aos interesses anteriores dos atores envolvidos na resolução do conflito cipriota. As negociações atuais se inserem em um contexto único em que há larga disposição política para se alcançar uma solução comum, o que deve ser aproveitado pelos líderes locais. No caso de a reunificação ser consumada, a ação da UE será mais importante do que nunca. No que tange os custos da reunificação, o caso alemão mostra que mesmo economias sólidas não conseguem arcar inteiramente com os custos de reconstrução da infra-estrutura, de modo que a UE desempenhará um papel importante por meio do repasse de recursos institucionais. O outro ponto diz respeito a própria estabilidade do Estado cipriota

reunificado. O caso belga mostra que mesmo países de economias avançadas estáveis são suscetíveis a crises entre comunidades nacionais diferentes. Portanto, a UE terá um interesse especial na rápida reintegração internacional do norte cipriota, de modo que o país se estabilize, fortalecendo a posição européia na região do sul dos Bálcãs e do Oriente Próximo. Em termos globais, a solução do conflito no Chipre traria um importante sinal de esperança para as demais regiões que atravessam situação semelhante. Assim como Kosovo abriu precedente para a intervenção russa na Geórgia, a resolução da disputa cipriota poderia abrir um precedente positivo para as demais negociações em curso.

Referências Bibliográficas

Nicolaidis, Phaidon. "Cyprus and the European Community: Looking Beyond 1992." *Cyprus review* 2, no. 1 (1990): 44-60.

Peristianis, Nicos. "A Federal Cyprus in a Federal Europe." *Cyprus review* 10, no. 1 (1998): 33-43.

Recebido em 18/10/2008
Aprovado em 23/10/2008

Palavras chaves: Chipre, União Européia, conflito regional

Key words: Cyprus, European Union, ethnic conflict

Resumo: o artigo trata da divisão política do Chipre. Nesse sentido, Grécia e Turquia, com o acompanhamento da União Européia, tentam encontrar uma solução para a questão cipriota.

Abstract: the articles discusses the political division in Cyprus. Greece and Turkey, along with the monitoring of the European Union, try to find a solution to Cyprus.

O Prêmio Nobel da Paz e a Conjuntura Internacional

Nobel Peace Prize and the International Conjuncture

ROBERTA CRISTINA IZZO*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 39 a 40]

A premiação anual do Nobel da Paz é um interessante índice do cenário internacional do ano transcorrido, das expectativas à fase subsequente e das possíveis interpretações ao termo “paz”. A recente premiação do ex-presidente finlandês, Martti Ahtisaari, corrobora essa constatação, conceitual e empiricamente, evidenciando uma tendência que se vem notando nas relações internacionais: um tênue arrefecimento das chamadas “novas ameaças”, concomitante à crescente efervescência referente ao “retorno” das “velhas ameaças” à paz e à segurança mundial na agenda global.

A história do Prêmio Nobel da Paz remonta ao testamento, escrito em 1895, do químico sueco Alfred Nobel. Inventor da dinamite e da borracha sintética, Alfred Nobel dedicou sua vida às pesquisas e juntou fortuna com o registro de patentes e com a exploração de poços de petróleo na Rússia. Seu comprometimento com as descobertas nas áreas da química e da engenharia, seu interesse pela literatura e sua amizade com a escritora e ativista pela paz, a austríaca Bertha Von Suttner, além do fato de não ter tido filhos, e de ter se frustrado com a utilização de suas invenções para fins bélicos, o inspiraram a legar grande parte de sua fortuna para premiar indivíduos e organizações que se destacassem na contribuição para o bem da humanidade, em cinco principais áreas, incluindo a promoção da paz. Em 1900, quatro anos após seu falecimento, foi criada a Fundação Nobel, que anualmente destaca contribuições para o desenvolvimento da Química, da Medicina, da Física, da Literatura e da Paz. Além disso, em sua homenagem, em 1969, criou-se o prêmio de Ciências Econômicas, financiado pelo Banco da Suécia.

O primeiro Nobel da Paz foi entregue, em 1901, a Henry Dunant, fundador do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, e a Frédéric Passy, fundador da primeira sociedade francesa pela paz, chamada, desde 1889, de “Sociedade Francesa para a Arbitragem Entre as Nações”. De 1901 ao corrente ano, o Nobel da Paz foi entregue a indivíduos e organizações que “fizeram o maior ou o melhor trabalho pela fraternidade entre as nações, pela abolição ou redução de exércitos permanentes e pelo apoio a congressos de paz”, conforme indicado no referido testamento. Desse modo, personalidades como Madre Teresa de Calcutá, Martin Luther King, Nelson Mandela e Kofi Annan e organizações como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Médicos Sem Fronteiras e a Organização das Nações Unidas foram contemplados com o prêmio. Há lacunas, entretanto, no que concerne aos critérios de escolha do prêmio e, de maneira específica, nas concepções de “paz” que fundamentam a escolha da premiação. Embora os termos acima transcritos do testamento de Nobel indiquem as causas pela paz às quais o prêmio deveria ser destinado, que critérios, por exemplo, legitimaram a entrega do prêmio de 2007 à causa ambiental?

Apesar de a paz ser tradicional e genericamente concebida como o estado que determina a ausência da guerra, seu escopo conceitual, ao longo da segunda metade do século XX, tem extrapolado essa valoração “tradicional”, negativa, não em significado, mas na definição semântica que a determina. Desde inícios da década de 1960, a paz vem sendo estudada não somente como antônimo, ou ausência de guerra, mas como uma ciência multidisciplinar, que abarca a psicologia, a filosofia, as religiões, e até mesmo

* Mestre em História, bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, e membro associado do GEDES-Franca, Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (robertaizzo@yahoo.com.br)

a biologia, com a finalidade de se estabelecer um conceito que indique o que a paz, de fato, representa, além do estado de ausência de guerra – que ela instaura e confere a ela um período momentâneo entre dois conflitos, mais propriamente, um armistício.

Um dos significados que foram atribuídos à paz a partir dos anos 1960 foi o de ausência da chamada violência estrutural. Embora ainda “negativo”, em sua essência, trata-se das primeiras iniciativas para a extrapolação da tradicional “ausência da guerra”. Entende-se, por violência estrutural, a inexistência da violência “corporal”, física, e de fatores capazes de impedir o pleno desenvolvimento do ser humano, o que faz a violência estrutural se materializar no subdesenvolvimento, na pobreza, no desrespeito aos direitos humanos, na corrupção, na intolerância, no déficit educacional e na degradação do meio-ambiente. O desenvolvimento dessas perspectivas teve um ápice durante a década de 1990, quando o risco iminente de uma guerra nuclear deixou de ser o fator primordial que impediria a paz e a segurança do planeta, tornando esses fatores acima mencionados, que podem ser considerados facetas do subdesenvolvimento, itens prioritários na Agenda global relativa à segurança e à paz. Por isso, esses temas passaram a ser chamados de “novas ameaças” à paz e à segurança internacional, não por terem surgido na década de 1990, mas por passarem a predominar entre causas de conflitos civis e internacionais, em detrimento das “velhas ameaças”, de cunho estratégico, geopolítico e militar.

Ao se analisar o histórico do Prêmio Nobel da Paz, pode-se vislumbrar essa modificação no conceito de paz, assim como é nítida a influência do contexto histórico e internacional na atuação e respectiva nomeação dos premiados. Durante os anos 1914 a 1918, 1939 a 1945, correspondentes às duas Guerras Mundiais, os nobéis da Paz foram entregues, em 1917 e em 1944, ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, e em 1945, a Cordell Hull, ex-Secretário de Estado dos Estados Unidos que se destacou na criação da Organização das Nações Unidas. Durante os demais anos mencionados, as verbas referentes aos prêmios foram alocadas às reservas da própria Fundação Nobel. Já em 1994, por exemplo, Yasser

Arafat, Shimon Peres e Yitzhac Rabin dividiram o Prêmio, devido à assinatura dos Acordos de Oslo, em 1993, que simbolizou seus esforços para o entendimento no Oriente Médio.

O que se pode analisar com a premiação de 2008, auferida ao ex-presidente da Finlândia, Martti Ahtisaari, após à premiação, em 2007, do ex-vice presidente dos Estados Unidos, Al Gore, e do presidente do Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas, o indiano Rajendra Pachauri, é a ênfase nas ações referentes a mediações de conflitos e, num espectro ampliado, uma incipiente obsolescência das “novas ameaças” à paz e à segurança internacional, concomitantemente ao retorno das “ameaças tradicionais”, cujos indícios fizeram-se patentes durante o ano de 2008, dentre os quais se destacaram: os conflitos entre a Rússia e a Geórgia, a reativação da IV Frota da Marinha dos Estados Unidos e a execução de exercícios militares conjuntos, como o anunciado pela Venezuela, em parceria com a Rússia.

Avaliar os esforços pela paz mediante a conjuntura internacional, nesse sentido, torna-se um exercício histórico-analítico que nos faz refletir sobre a força do ativismo pacifista ao longo do tempo, sobre o percurso da concepção de paz e, acima de tudo, sobre os rumos da política internacional em curto prazo. Cabe, desse modo, interpretar os indícios correntes de “não-paz”, antes que os próximos nobéis acabem sendo revertidos à própria Fundação.

Recebido em 08/10/2008

Aprovado em 13/10/2008

Palavras chaves: Prêmio Nobel, guerra e paz,

Key words: Nobel Prize, war and peace,

Resumo: o artigo trata do Prêmio Nobel da Paz. Nesse sentido, aborda a transformação do conceito de paz, superior à ausência de guerra.

Abstract: the article deals with the Nobel Peace Prize. It discusses the changes to the concept of peace, superior to the absence of war.

Crise política na Bolívia: reflexo de um país dividido ou de um Estado sem nação?

Political Crisis in Bolivia: the consequence of a divided country or of a State with no nation?

RODRIGO WIESE RANDIG*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 41 a 46]

A recente escalada dos conflitos gerados pelo impasse político entre o governo de Evo Morales e seus opositores conduziu a Bolívia ao centro das atenções dos principais atores internacionais sul-americanos. Em maior ou menor grau, contudo, a instabilidade política tem sido uma constante ao longo da história desse país, que desde sua independência, em 1825, foi palco de 193 golpes de Estado. Tampouco o recente período democrático tem sido caracterizado por estabilidade interna: desde 2001, seis foram os distintos ocupantes do gabinete presidencial em La Paz.

Evo Morales é o primeiro presidente boliviano de origem indígena, apesar de a maioria da população do país pertencer às etnias aimará e quéchua. O ex-plantador de coca venceu no primeiro turno as eleições presidenciais de 2005, supostamente pondo um fim ao processo de contínua crise política que levava à renúncia de seus antecessores, centrada na questão da nacionalização das reservas de petróleo e de gás natural – maiores riquezas naturais desse Estado onde seis em cada dez cidadãos vivem abaixo da linha da pobreza.

Após assumir o poder, Morales nacionalizou as reservas nacionais de hidrocarbonetos. A medida, cujo anúncio foi acompanhado de uma ocupação militar desnecessária e com fins indiscutivelmente midiáticos de instalações da Petrobras, contou com aprovação maciça da historicamente fragmentada população boliviana.

A proposta presidencial de uma nova constituição, todavia, pôs fim à breve harmonia aparente. O projeto de Morales visa a permitir o processo de reeleição presidencial única (já existente na maioria dos vizinhos sul-americanos), a assegurar os mecanismos para a realização de uma necessária reforma agrária e a fortalecer os direitos sociais de modo a proporcionar melhores condições de vida aos grupos historicamente marginalizados, como camponeses e indígenas.

A recepção popular à proposta da nova Carta Magna evidenciou uma profunda cisão nacional. O apoio a Morales foi claramente preponderante nas “terras altas andinas” da metade oeste do país, onde se encontra a sede do governo, La Paz, e onde vive a maioria indígena. Nas “terras baixas amazônicas” do leste, por outro lado, o projeto não contou com igual respaldo. A região, coberta por vegetação amazônica e inserida no espaço denominado “Meia-Lua”, por seu formato no mapa, concentra quase a totalidade das reservas de hidrocarbonetos do país, além da maior parte das áreas de agricultura e pecuária. A principal cidade da “Meia-Lua”, Santa Cruz de la Sierra, é o mais importante centro econômico da Bolívia e reduto dos principais opositores de Morales.

Às diferenças geográficas e econômicas de ambas as regiões, soma-se ainda a questão étnica, uma vez que, ao contrário do que ocorre em âmbito nacional, a maioria da população da Meia-Lua é

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (rodrigorandig@gmail.com)

composta por descendentes de europeus, brancos ou mestiços. A região abriga, inclusive, grupos organizados de aspirações expressamente racistas e antiindigenistas, como a ativa *Unión Juvenil Cruceñista* (União Juvenil de Santa Cruz), que faz intenso uso de símbolos nazistas.

Além de oporem-se à nova constituição proposta, os governantes locais da Meia-Lua vêm travando um intenso embate político com Morales com respeito ao grau de autonomia que seus governos possuem em relação ao governo central.

A demanda, que já existia desde muito antes da eleição de Morales, vai de encontro à natureza política do Estado boliviano – constitucionalmente, um Estado unitário. À diferença de “Estados federados”, como o Brasil, a Argentina, os EUA e a Alemanha – que têm suas divisões políticas internas asseguradas constitucionalmente –, os chamados “Estados unitários” – como Chile, França, China e Espanha – concentram legalmente toda a autoridade no poder central, que pode, porém, delegá-la a divisões artificialmente criadas, sem com isso afetar o preceito de absoluta primazia do governo central – da qual este pode valer-se para arbitrariamente eliminar ou reduzir autonomias internas previamente concedidas.

Apesar de unitário, o Estado boliviano é dividido em nove “*departamentos*”. Cada departamento é governado por um “*prefecto*” (“prefeito”, equivalente a um “governador” brasileiro), cargo historicamente preenchido por indicação presidencial.

Demandas coordenadas por maior autonomia departamental surtiram efeito em 1995, ano em que os prefeitos passaram a ser eleitos diretamente pelas populações dos próprios departamentos. Em 2006, o recém-eleito Morales autorizou a realização de um referendo questionando a opinião da população sobre a concessão de maior autonomia para os departamentos. Nacionalmente, a maioria da população manifestou-se contrária à medida; o “sim” às autonomias resultou vencedor, porém, nos cinco departamentos da Meia-Lua, que têm interesses em gerir autonomamente - sem interferência do governo central – os ganhos advindos da exploração do gás natural e do petróleo.

Apesar da derrota em nível nacional, a vitória local fortaleceu os clamores por autonomia dos departamentos da Meia-Lua, cujos prefeitos, opositores de Morales, convocaram nos primeiros meses de 2008 referendos locais, considerados ilegais pelo governo central, para ratificar suas aspirações autonomistas. O processo de fragmentação política se acentuava com as avançadas elaborações de paralelas “constituições autonômicas” para os departamentos da Meia-Lua, promovidas unilateralmente pelos governos locais.

Em meio à crescente instabilidade que envolvia o país, dividido nas questões das autonomias e da nova constituição, também Morales julgou necessário lançar mão de uma ferramenta extraordinária para legitimar sua posição: o “referendo revogatório” de agosto de 2008 colocou em xeque a aprovação popular do próprio presidente e dos prefeitos de cada departamento, que seriam destituídos do poder caso obtivessem uma aprovação popular de valor inferior a 50%.

Contudo, os resultados do referendo nacional acabaram por polarizar ainda mais o dividido Estado boliviano: Morales foi reafirmado no poder, com uma aprovação ainda superior àquela com a qual fora eleito em 2005, e nas terras altas, ademais, foram ratificados os prefeitos que apóiam o presidente e revogados dois opositores. Por outro lado, todos os prefeitos da Meia-Lua, agressivos opositores de Morales, também foram ratificados em seus cargos pelas populações locais.

Com ambos os pólos da disputa institucionalmente fortalecidos pelo resultado do referendo, acirrou-se o conflito, culminando na deflagração de uma verdadeira crise nacional em setembro. Entre as conseqüências maiores da crise, destacam-se a intensa violência popular; dezenas de mortos, centenas de desaparecidos e intenso fluxo de refugiados, tanto internamente quanto em direção ao Brasil; e invasão de instalações de extração de gás por opositores, o que levou a dias de interrupção de exportação de gás para o Brasil e para a Argentina.

Duas outras conseqüências da crise, a princípio caracterizadas como ações impulsivas e desesperadas de Morales, foram o mandato presidencial de prisão

a um dos prefeitos opositoristas e a expulsão do embaixador estadunidense em La Paz, Philip Goldberg, acusado de incentivar a oposição a rebelar-se contra o governo central.

Entretanto, à medida que se analisam cuidadosamente os acontecimentos dessa fase mais crítica do conflito, fica comprovado que aquelas ações de Morales não foram impensadas. Primeiramente, comprovou-se que o episódio mais sangrento da crise – o “Massacre de Porvenir”, no qual dezenas de camponeses desarmados que se manifestavam em apoio a Morales foram violentamente atacados – de fato contou com envolvimento de membros do governo departamental. Cidadãos da região de Porvenir, no departamento opositorista de Pando, afirmam que os manifestantes foram alvo de atiradores que chegaram ao local em veículos oficiais do governo departamental.

Também as acusações contra o embaixador estadunidense parecem ter um embasamento sólido. Ficou ao menos comprovado que Goldberg – diplomata experiente em questões de conflitos étnicos e separatismos, com atuação no processo de desintegração da Iugoslávia e na posterior cisão de Sérvia e Montenegro, e ex-chefe da missão norte-americana no Cossovo (Kôsovo) – de fato reunia-se com freqüência, muitas vezes extra-oficialmente, com os prefeitos opositoristas, inclusive durante o ápice da crise.

O rompimento de relações diplomáticas entre Bolívia e EUA gerou repercussões ao longo do continente: Hugo Chávez, em solidariedade, também expulsou o embaixador estadunidense em Caracas; os presidentes de Nicarágua e Honduras desmarcaram eventos oficiais que envolviam oficiais norte-americanos, como manifestação de apoio à Bolívia; e mesmo o presidente Lula manifestou-se brevemente, mostrando-se compreensivo em relação à medida drástica tomada pelo boliviano.

As relações entre os dois países sofreram novo abalo dias após o incidente, quando da atualização, pelo governo dos EUA, de sua “lista negra” de países que não teriam cumprido adequadamente seus papéis no combate à produção nacional de drogas no ano anterior. A inclusão da Bolívia na lista, tomada

por Morales como medida retaliatória, serviu para os EUA justificarem, dias mais tarde, a interrupção do auxílio econômico anualmente oferecido a La Paz para financiamento de programas antidrogas.

Esse novo fato conduziu a uma resposta rápida do mandatário boliviano, que, ainda em meio à crise, anunciou que buscava compensar a interrupção do apoio estadunidense por meio de cooperação bilateral com a Rússia – o que foi bem recebido pelo Kremlin, que após seu isolamento político decorrente da guerra travada com a Geórgia na Ossétia do Sul, vinha de fato buscando fortalecer parcerias internacionais.

Dessa forma, um dos desdobramentos internacionais da crise foi a acentuação do atual processo de aproximação estratégica, impulsionada por cooperação militar e econômica, entre um eixo de países ligados não necessariamente por consensos ideológicos – e sim por uma postura crítica de confrontação à hegemonia estadunidense. À promessa de Moscou de auxiliar La Paz em seu combate à produção de narcóticos somam-se, por exemplo, os recentes treinos militares conjuntos entre a Rússia e a Venezuela e a viagem, no mês passado, de Morales ao Irã.

Com a superpotência americana impedida de ter qualquer papel no processo de resolução da crise interna boliviana, os demais Estados sul-americanos viram-se obrigados a atuar no âmbito da recente União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que por meio de uma reunião presidencial de emergência formalizou apoio unânime ao governo de Morales. A própria UNASUL foi beneficiada com seu envolvimento na questão, uma vez que, a menos de quatro meses de sua criação, ganhou a atenção pública regional e substituiu um papel que seria tradicionalmente da OEA (Organização dos Estados Americanos, da qual os EUA são membros).

Após seus momentos mais críticos e sem a necessidade de qualquer interferência ou mesmo mediação internacional, a crise boliviana arrefeceu, com os prefeitos opositoristas tendo concordado em dialogar com Morales na busca de uma solução pacífica e abrangente para o impasse – o que, até o momento, não se alcançou.

A fim de se compreenderem verdadeiramente as causas do conflito, faz-se necessário primeiramente entender as verdadeiras motivações políticas dos grupos que atualmente governam a Meia-Lua. Seu caráter separatista é um mito que precisa ser desmistificado: além do fato de que qualquer projeto separatista na América do Sul encontraria forte objeção de todos os atores regionais de relevância, não conviria aos departamentos do leste reorganizar-se em um hipotético Estado independente – que seria ainda mais isolado geograficamente que a própria Bolívia, cujos governos, população e meios midiáticos são historicamente habituados a culpar a ausência de acesso marítimo pela estagnação econômica do país. Na verdade, os opositoristas aspiram a impedir a implementação do projeto político de Morales, que passaria por uma maior distribuição das riquezas nacionais – majoritariamente produzidas nas terras baixas orientais – em favor das populações indígenas das terras altas do oeste.

Além de evidenciar a existência de um agudo impasse político, motivado pelas divergências nos projetos políticos dos dois principais grupos, o conflito atual ressalta um processo claro de debilidade das instituições nacionais bolivianas, e por extensão, do próprio Estado boliviano.

Os dois lados do impasse fizeram uso de diversos meios extra-institucionais para pressionar seus opositores e legitimar medidas inconstitucionais. Tanto o governo quanto os departamentos rebeldes incentivaram demonstrações públicas e protestos populares de seus partidários, que em muitos casos bloquearam estradas, cercaram cidades e invadiram edifícios públicos. Todo o processo de redação da nova constituição, ao longo de 2007, foi marcado por tentativas do governo de impor o novo texto mesmo sem consenso com a oposição, a qual, por sua vez, conseguiu retardar ao máximo a elaboração da Carta Magna, fomentando inclusive outro conflito interno pré-existente: os protestos de Sucre, capital constitucional da Bolívia, que ainda aspira a retomar as funções administrativas perdidas para La Paz após uma guerra civil no século XIX.

Outra evidência do processo de desinstitucionalização cada vez mais acentuado no país foi o uso,

tanto pelo governo quanto pelos departamentos opositores, de desnecessários referendos populares como forma de legitimar suas ações.

A distorção no lócus tradicional de realização da política boliviana – dos gabinetes administrativos para as ruas das grandes cidades – não foi, no entanto, uma novidade política do país: se Morales achou legítimo “combater fogo com fogo”, servindo-se – ainda que em menor medida – de processos extra-oficiais para conseguir sobrepor-se aos boicotes políticos da oposição, a verdade é que esta está apenas apropriando-se de práticas das quais o próprio Morales fazia uso em seus tempos de oposição – e outros já muito antes dele.

A resolução de conflitos por meios “pouco institucionais” é, na verdade, um processo arraigado na cultura e na tradição política boliviana. A nomenclatura da sede do governo atualmente ocupada por Morales, o “Palácio Queimado”, comprova essa faceta da política do país: em 1860, uma população revoltosa incendiou o palácio presidencial. O “Queimado”, ademais, foi palco do único linchamento presidencial da das Américas no século XX: em 1946, uma multidão invadiu o Palácio e lançou pela janela o presidente Gualberto Villarroel, posteriormente pendurado de cabeça para baixo em via pública.

Além da tradição antiinstitucional, os recentes conflitos parecem comprovar outra característica que parece intrínseca à Bolívia: a inexistência de uma identidade nacional consolidada.

Diferentemente das demais nações sul-americanas, a república boliviana carece de “elementos de identidade”, como se costumam chamar os símbolos e tradições que fortalecem a autopercepção de um povo como “nação”. A Bolívia não possui um herói nacional próprio, como o O’Higgins dos chilenos ou o Artigas dos uruguaios; nem um líder continental nascido em suas terras, como o argentino San Martín ou o venezuelano Bolívar. Não possui ex-presidentes mitificados por histórias extremamente bem-sucedidas de condução da política interna – e tampouco há muito do que se orgulhar na história da política externa do país, ao longo da qual este perdeu, dividida entre todos os países vizinhos, mais da metade de seu território.

Não existe uma hegemonia lingüística interna, com o espanhol sendo língua materna de menos de metade da população, e a preponderância do catolicismo, uma força marcante na composição da identidade nacional da maioria das nações sul-americanas, é desafiada pela persistência de cultos pré-colombianos em extensas áreas do país. Com efeito, as tradições andinas, consideradas o mais marcante elemento cultural da Bolívia, mais a dividem que a unem, uma vez que não respeitam seus limites nacionais, sendo compartilhadas com as demais nações andinas, especialmente o vizinho Peru, ao mesmo tempo em que não representam a metade oriental do país.

Para constituir uma verdadeira “nação”, uma população não necessariamente precisa possuir todos os atributos de identidade supracitados. O Brasil, por exemplo, é uma nação carente de heróis nacionais; não faltam, por outro lado, exemplos ao redor do globo de nações consolidadas que carecem de uma hegemonia lingüística – o que, no entanto, efetivamente representa um dos maiores desafios à consolidação de uma identidade nacional no Canadá e na Bélgica. Ainda assim, o caso boliviano é crítico por sua elevada carência, em maior ou menor grau, de todos esses atributos – o que pode inclusive levar ao questionamento da existência de uma “nação boliviana”.

As negociações atualmente em curso na Bolívia, entre Morales e os prefeitos opositores, marcaram o fim do período mais trágico da crise, mas não a solucionaram. É positivo que o impasse político esteja agora sendo trabalhado por vias oficiais; no entanto, o acordo, necessário para que a constituição com a qual Morales pretende “refundar” a Bolívia seja submetida a referendo popular, permanece distante mesmo após semanas de intenso diálogo.

Apesar do caráter unitário da Bolívia, Morales compreendeu que, na prática, não pode prescindir do apoio dos já consolidados governos locais – e a maior autonomia departamental por eles clamada desenha-se como uma concessão que Morales inevitavelmente terá que garantir em troca da aprovação da nova carta constitucional. Esse seria um desfecho do qual que ambos os lados poderiam sair beneficiados. Contudo, a barganha, já oferecida

pelo presidente, não foi até agora aceita pela oposição.

O que se pode inferir desse fato é que há uma teimosa relutância, por parte dos prefeitos opositoristas, em cooperar com Morales de forma a dinamizar o processo de diálogo político. Fica claro que, mais que garantir seus interesses econômicos na questão da exploração dos recursos energéticos, as elites da Meia-Lua têm interesse em inviabilizar o projeto político do atual governo.

Uma análise dos resultados dos referendos revogatórios de agosto indica que há uma significativa parcela da população dos departamentos da Meia-Lua que apóia tanto o projeto político de seus prefeitos quanto aquele de Morales. Essa aparente bipolaridade, que fomentou o momento mais agudo da crise por ter fortalecido e legitimado os dois grupos, defensores de projetos tão contrários, não deverá se repetir nas próximas eleições, no caso de uma continuidade do impasse político atual.

A atual estratégia oposicionista, a qual procura travar ao máximo o projeto governista, poderá reverberar contra a própria oposição, na medida em que as conseqüências da paralisação política por ela incentivada se farão sentir não apenas pelo governo, mas por toda a população boliviana.

Além desse fato, que Morales pode usar a seu favor, existe ainda um grupo que o presidente pode com relativa facilidade atrair para sua base de apoio. O resultado do referendo revogatório evidencia que também a própria Meia-Lua encontra-se dividida: há, de um lado, a minoria que se opõe às autonomias, e de outro, a parcela dos que se opõem incondicionalmente a Morales, composta principalmente pelas elites econômicas de Santa Cruz. Existe ainda, no entanto, um terceiro grupo, composto por parcela considerável da população local, que apóia o projeto autonomista, sem, no entanto, opor-se ao restante do conteúdo do projeto de Morales.

Ceder na questão das autonomias departamentais garantiria a Morales o apoio dessa parcela menos radical da população dos departamentos opositoristas – e essa é uma medida que o presidente deve realizar, sem encará-la como uma

“derrota” ou retrocesso no processo de integração nacional. Tampouco poderá ser acusado de estar permitindo uma mudança da natureza política do Estado unitário boliviano – diversos outros Estados unitários, como a Espanha e a China, concedem diferentes níveis de autonomia a algumas de suas divisões. Respondendo a essa demanda histórica em seu país, Morales aumentará sua base de apoio e diminuirá a legitimidade da insubordinação dos prefeitos opositores.

O forte respaldo interno a Morales parece indicar que o presidente conseguirá aprovar, ainda que com novas alterações em relação ao texto original, uma nova constituição para o país – o que permitiria sua também provável reeleição.

Qualquer que seja, porém, o governante a ocupar o Palácio Quemado, este precisará enfrentar dois desafios maiores que a tradicional dureza da oposição: a fraqueza das atuais instituições do país e a inexistência de um projeto nacional boliviano.

O projeto político de Morales parece o mais capaz de atingir o objetivo da integração nacional – em oposição aos projetos essencialmente regionalistas das elites da Meia-Lua. Não restam dúvidas, porém, de que também as demandas destas precisam ser igualmente consideradas por um governo que se proponha a governar “para todo o país”.

Caso consiga sobrepujar os árduos desafios políticos atuais – aos quais se soma agora a retirada de apoio financeiro da superpotência continental – e, especialmente, caso logre fazê-lo por meios estritamente democráticos e institucionais, Evo Morales poderá entrar para a história da Bolívia não apenas como seu primeiro presidente indígena, mas como o líder que, mais que tê-la apenas remendado como Estado, terá possibilitado seu ainda não observado surgimento como nação.

Recebido em 11/10/2008
Aprovado em 17/10/2008

Palavras chaves: Bolívia, riquezas naturais, democracia
Key words Bolívia, raw materials, democracy

Resumo: o artigo trata da disputa política na Bolívia. Nesse sentido, a divisão da riqueza, gerada pelos recursos naturais, é um dos principais motivos.

Abstract: the article discusses the political dispute in Bolivia. In this way, the division of the wealth produced by the natural resources is one of the main reasons.



A corrida eleitoral entre Obama e McCain: propostas para política comercial

Electoral dispute between Obama and McCain: proposals to the trade policy

FILIPE MENDONÇA*
THIAGO LIMA**

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 47 a 50]

Diante das eleições presidenciais que se aproximam, uma pergunta emerge: qual o impacto que a conjuntura atual teve e terá na postura dos dois candidatos ao cargo? Mais especificamente, a política comercial sofrerá impactos por causa da crise atual e, conseqüentemente, com as políticas que serão adotadas seja quem for o próximo presidente? A reflexão histórica pode ajudar na resposta destas perguntas. Do final da Segunda Guerra em diante, a política comercial dos Estados Unidos sofreu variações diretamente relacionadas, principalmente, a quatro tipos de variáveis: (1) a situação econômica e (2) os arranjos institucionais existentes e (3) as idéias e (4) a política estratégica.

Historicamente, nota-se que um desempenho econômico positivo parece facilitar a intensificação de políticas internacionalistas em detrimento de arranjos mais paroquiais. Por outro lado, com o aprofundamento de crises econômicas, os interesses mais nacionalistas ganham força. Tal constatação permite dizer que deteriorações na economia norte-americana tendem a favorecer o adensamento de políticas protecionistas. Tais demandas, em época de crise, são refletidas com mais nitidez no Congresso. Isso acontece porque Capitol Hill é mais permeável aos grupos domésticos.

As instituições também merecem destaque. Estas podem filtrar demandas protecionistas, favo-

recendo políticas internacionalistas ou vice-versa. No caso norte-americano, as instituições sempre enviesaram a política comercial para uma vertente mais internacionalista. Contudo, o Congresso, mais suscetível aos movimentos dos grupos de interesse, vem sofrendo nos últimos 50 anos uma gradual corrosão de suas políticas livre-cambistas. Já o Executivo, menos suscetível aos grupos de interesse, tem dado continuidade ao seu programa internacionalista com poucas variações, sem oscilar substancialmente com as alterações de governo.

As idéias também são importantes, embora abstratas e de difícil mensuração. Estas fornecem o mapa cognitivo da interpretação das crises. Enquanto o déficit comercial norte-americano não se mostrava como um problema muito sério nas décadas de 1950 e 1960, as alterações das interpretações do balanço de pagamentos fizeram com que tal tema fosse objeto de debate eleitoral na década de 1970 e principalmente na década de 1980. Atualmente, observam-se novas interpretações surgirem nos jornais acerca da atual crise econômica norte-americana. Analistas de diversos campos divergem nas interpretações do cenário atual e nas projeções futuras. Contudo, o fato de o debate sobre "enfraquecimento do poder americano" ter retornado às manchetes já é suficientemente importante para possíveis alterações nas políticas

* Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC.

** Mestre em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC (thiagomasi@uol.com.br).

econômicas dos Estados Unidos, com especial destaque para as políticas de comércio.

Por último, as variações no campo político estratégico permitem correlações com os períodos internacionalista ou nacionalistas. No auge da Guerra Fria, por exemplo, os esforços estavam concentrados nos temas de segurança militar, não havendo muito espaço para reivindicações estritamente comerciais. Com a diminuição do conflito, criaram-se condições para o surgimento do debate em torno de novos temas ligados ao comércio, como serviços, propriedade intelectual e investimentos, assim como para uma postura mais nacionalista. Atualmente, assuntos tais como a Guerra ao Terrorismo, o fornecimento de energia, a imigração e a crise financeira, entre outros, tendem a ofuscar os assuntos de comércio.

Em suma, a história da política comercial dos Estados Unidos tem demonstrado que eleições coincidem com crises econômicas agudas. Além disso, as instituições, idéias e estratégias não podem ser ignoradas.

Atualmente, o cenário que se esboça nos Estados Unidos permite concluir que algumas mudanças devam ocorrer. Embora com um cenário político estratégico desfavorável, a situação econômica deteriorada e com forte apelo popular, as instituições congressuais cada vez mais permeáveis aos grupos de pressão, as teses declinistas que se intensificam e ganham cada vez mais espaço na mídia, aliadas ao provável aumento da maioria democrata no Congresso dos Estados Unidos, devem fornecer a combinação ideal para completar parte do impulso rumo a modificações na política comercial.

A outra parte virá das propostas do novo chefe do Executivo. Por este motivo, faz-se necessário conhecer as propostas dos presidencialistas. Observá-las é relevante do ponto de vista brasileiro, pois essa é uma das áreas de maior engajamento do governo pátrio nas relações internacionais e qualquer estratégia adotada deve levar em consideração o papel dos Estados Unidos.

A política comercial é um campo em que é possível distinguir com razoável clareza as posições dos dois candidatos. O republicano John McCain apresenta forte posição em defesa da liberalização

comercial, com leves ajustes à maneira como vem sendo conduzida pela administração Bush, enquanto o democrata Barack Obama mostra grande crítica à tal política. McCain votou a favor de leis de liberalização comercial em 88% dos casos, enquanto o histórico de Obama é de 36%. É preciso destacar que Obama tem um tempo muito mais curto no Legislativo do que seu adversário e um grau maior de abstenção em votações.

O posicionamento de Obama parece muito afinado com a agenda que a maioria do Partido Democrata tem defendido desde o final da Guerra Fria. Para Obama, a política comercial tem integrado os Estados Unidos a uma globalização que não tem produzido benefícios para a classe média e em especial para os trabalhadores menos qualificados. Existem motivos internos e externos para isso. Internamente, alguns setores carecem de competitividade e precisam de auxílio para se ajustar à competição internacional, principalmente no caso de trabalhadores pouco qualificados. No plano externo, algumas práticas de outros países criariam vantagens injustas para aqueles países em detrimento dos Estados Unidos. A principal crítica seria ao mercado de trabalho nos países parceiros que pagam salários considerados muito baixos e que não fornecem ou não possibilitam condições de dignidade para os trabalhadores. Isso baixaria os custos de mão-de-obra nesses países, resultando em desemprego nos Estados Unidos.

Outra condição que torna a competição injusta contra os Estados Unidos, segundo os democratas, são as regras de proteção ao meio ambiente. Estas seriam menos rígidas em outros países, permitindo que empresas operem com menores custos e exportem aos Estados Unidos. Com relação a esses grupos, cabe apontar que a posição não é protecionista, mas sim de atrelar medidas de proteção aos acordos comerciais, ou seja, pode haver apoio à liberalização, desde que acompanhada de regras ambientais mais justas.

No debate norte-americano o posicionamento sobre o NAFTA é bastante significativo. Enquanto McCain se apresenta como um defensor do acordo, Obama o critica veementemente, basicamente pelos motivos aludidos acima, defendendo inclusive a

reforma do acordo. No que toca aos trabalhadores deslocados por conta da competição, McCain reconhece que isso é um problema e que a solução pode ser obtida por três vias: a primeira seria reformar o Trade Adjustment Assistance, um programa federal que fornece recursos para treinamento e recolocação de trabalhadores deslocados pela competição internacional, algo que Obama também defende, mas de maneira mais profunda; a segunda seriam os ajustes próprios do mercado, isto é, que setores ineficientes devam deixar de existir, preferencialmente migrando para atividades mais eficientes; a terceira via seria aumentar as exportações, inclusive por meio de acordos de livre-comércio.

Nesse sentido, McCain defende os acordos ratificados durante a administração Bush e a necessidade de um acordo de livre-comércio hemisférico, algo que não é visto nas posições de Obama. As divergências entre os dois senadores candidatos ficam claras quando a discussão é o CAFTA-DR e o acordo com a Colômbia. McCain é favorável aos acordos e Obama é contrário a eles. Adicionalmente, quando os candidatos se posicionam em relação ao acordo com a Colômbia, McCain deixa explícito que a política comercial deve ser utilizada como instrumento de política externa, podendo ser empregada como incentivo ou mesmo recompensa aos aliados políticos. De modo mais geral, McCain propõe a criação de um bloco ou liga democrática em que uma das características seria a liberalização comercial em detrimento dos países não democráticos. Já Obama, pelo menos no que toca à América Latina, argumenta que é preciso diminuir a ênfase na política comercial como meio relacionamento de político com a região.

Na área agrícola, McCain também apresenta uma posição mais forte pela liberalização comercial. O aumento da competição contribuiria para baixar os preços nos Estados Unidos e no exterior, contribuindo para amenizar a crise dos alimentos. No plano interno, a competição contribuiria para selecionar segmentos agrícolas nos quais os norte-americanos conseguem ter eficiência. Nessa mesma linha, McCain é forte crítico dos subsídios agrícolas e votou contra as Farm Bills de 2002 e 2008. Sua principal contestação é que são os grandes produtores

que recebem os subsídios e por isso a liberalização deve ser negociada. Obama é protecionista na área agrícola, sendo favorável aos subsídios agrícolas. Votou pela aprovação da Farm Bill de 2008.

No que toca ao etanol, produto que aproxima o tema agrícola do energético, Obama se mostra favorável à eliminação de barreiras ao comércio do produto, mas somente quando a produção nos Estados Unidos for competitiva. Até lá, sobretaxas e subsídios devem vigorar. A posição de McCain é pela eliminação dos subsídios e das barreiras ao comércio do produto.

Sobre propriedade intelectual, Obama argumenta que deve haver flexibilização das regras de propriedade intelectual em casos de saúde pública nos acordos comerciais promovidos pelos Estados Unidos, algo que vai na contramão dos esforços norte-americanos da década de 1990 e dos anos 2000 de enrijecer a proteção às patentes farmacêuticas. A modificação do acordo com o Peru nesse sentido foi um dos motivos que atraiu o apoio de Obama à ratificação desse acordo.

Considerações finais

Na campanha de Obama consta a proposta de fundar um novo consenso interno capaz de tornar os Estados Unidos competitivos no cenário internacional, assim como para viabilizar politicamente a política de comércio internacional. Essa proposta permite dois comentários finais. Primeiro: seria essa proposta o reconhecimento de que os Estados Unidos perderam competitividade sistêmica? Uma resposta afirmativa parece ser exagero, mas questionar a competitividade norte-americana é algo um tanto quanto inusitado. Tradicionalmente o discurso dos altos políticos tem sido que, *leveling the playing field*, os norte-americanos podem competir com todos e vencer muitos.

Segundo: a proposta reconhece a fratura política interna e propõe reconciliação. Mas é interessante pensar até que ponto o Democrata poderia ceder sem alienar suas bases em uma sociedade polarizada. A mesma questão se coloca com ainda mais força a McCain, já que a maioria Democrata no Congresso

deve aumentar nessas eleições. De todo modo, superar a fratura e recuperar o bipartidarismo é fundamental para o Estado voltar a ser plenamente ativo na política comercial, condição necessária para avanço da Rodada Doha. Doha, OMC, multilateralismo comercial, aliás, foram temas pouco pronunciados pelas campanhas e em baixa profundidade, ao menos no que se pôde notar. Seria esse um daqueles casos em que o silêncio diz as coisas mais relevantes?

Recebido em 05/10/2008
Aprovado em 11/10/2008

Palavras chaves: Estados Unidos, comércio exterior, eleição presidencial

Key words: United States, international trade, presidential election

Resumo: o artigo trata da política comercial nos Estados Unidos. Assim, aborda o posicionamento dos dois candidatos à presidência da República.

Abstract: the article deals with the trade policy in the United States. It discusses the position of the two candidates to the American presidency.



Tailândia: da democracia imperfeita à democracia funcional

Thailand: from an imperfect democracy to a functional democracy

WILSON TADASHI MURAKI JUNIOR*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 51 a 53]

A Tailândia, país com pouco menos de 65 milhões de habitantes e localizado no sudeste asiático, é um ator de importância regional. A proximidade e as interações com os vizinhos tornam Bangcoc um importante sustentáculo de estabilidade e é por esse motivo que as recentes turbulências políticas colocam o país numa ambígua situação de modelo a ser seguido e evitado: ao mesmo tempo em que aberturas políticas vêm assegurando crescimento vigoroso da economia, processos políticos ainda hoje denotam um forte grau de inconsistência democrática.

De forma geral, a Tailândia orgulha-se de ter sido o único país da região que não sofreu qualquer tipo de invasão ou colonização por potências ocidentais. Além disso, sua configuração geográfica estratégica, população de peso e histórico de participação em fóruns multilaterais e busca de cooperação rendem ao país um papel de destaque para o Ocidente, especialmente para os Estados Unidos, que, em 2004, chegaram a elevar a Tailândia à categoria de grande aliada fora da OTAN.

Apesar de que em menos de um século tenha havido dezenas de trocas constitucionais, golpes de estado e violações de direitos democráticos, a Tailândia tem sido o que se pode considerar um dos melhores casos de democracia liberal na região. Seria interessante para norte-americanos e europeus ocidentais, por exemplo, que a monarquia parlamentar relativamente constante se mantivesse empenhada em buscar a estabilidade política e institucional, de modo que o sucesso democrático no

país servisse de base para o *spill-over* de movimentos liberalizantes em uma região marcada por governos fechados e não-democráticos, como Mianmar, Laos e mesmo a China. No entanto, isso parece ser um papel consideravelmente difícil de ser atribuído se simplesmente se analisa o histórico recente de tumultos políticos por que tem passado o país.

Foi somente em 1997 que a primeira constituição foi aprovada por uma Assembléia popularmente eleita, criando um legislativo bicameral. Em 2001 as primeiras eleições com base na nova constituição foram convocadas, elegendo-se Thaksin Shinawatra ao cargo de primeiro-ministro. Pela primeira vez na história do país, o mandato de quatro anos do chefe do Executivo foi cumprido integralmente. Apesar das críticas, com sua popularidade elevada pelos esforços de redução dos estragos e ajuda aos afetados pelo tsunami de 2004, o segundo mandato foi conquistado nas eleições de 2005. No entanto, a intensificação de críticas com relação à corrupção no seu governo, falta de punho para lidar com movimentos separatistas no sul e com a disseminação da gripe aviária acabaram fazendo-o dissolver o parlamento e convocar novas eleições. Ao mesmo tempo, afastou-se do cargo de primeiro-ministro, para onde só retornou após a grande vitória eleitoral do seu partido (Thai Rak Thai). Diante das convulsões político-sociais que se seguiram, houve, em setembro de 2006, um golpe militar. Thaksin foi pacificamente deposto (mesmo porque no momento não se encontrava no país) e novas

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília - PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (murakitadashikun@hotmail.com)

eleições foram marcadas para depois de um ano, quando uma nova constituição tivesse sido escrita e aprovada. Em agosto de 2007 um referendo popular aprovou a constituição proposta e, em dezembro, o Partido do Poder Popular (PPP) saiu vitorioso das eleições parlamentares.

A transição para a democracia só foi finalizada em janeiro de 2008, quando o Parlamento indicou o nome de Samak Sundaravej para o posto de primeiro-ministro, que, desde o início, foi identificado como sucessor do deposto Thaksin Shinawatra. Uma nova fase de instabilidade iniciou-se com os protestos de março, que se intensificam até meados de junho, quando manifestantes liderados pela Aliança Popular pela Democracia (APD) invadiram a sede do governo, a sede da TV estatal e fecharam várias estradas e aeroportos. Outros segmentos da sociedade contrários a Samak também entraram em greve em apoio à ALP, que é um grupo composto por pessoas das mais diferentes funções e classes, mas unidos pelo sentimento de insatisfação com a presença de Samak no governo.

O estado de sítio chegou a ser decretado em Bangcoc e Samak recusava-se a sair do governo. No entanto, a Corte Constitucional acabou decidindo pelo afastamento do então primeiro-ministro, uma vez que o programa televisivo mantido por ele teria fins lucrativos, o que é proibido para cargos públicos. Logo em seguida, o PPP ameaçou indicar novamente o nome de Samak ao cargo de primeiro-ministro, mas, diante das críticas e do aumento das tensões que isso poderia acarretar, acabou desistindo.

Samchai Wongsawat, ex-vice-premiê e cunhado de Thaksin, é apontado pelo parlamento para o posto de primeiro-ministro. Também do PPP, sua presença ainda tem sido motivo da continuidade dos protestos e confrontos no país.

Uma grande questão que envolve o domínio político do PPP é a sua tradição de políticas de favorecimento às partes mais pobres e rurais do país, em detrimento da classe urbana. Apontado por muitos como o descendente do banido Partido Thai Rak Thai, o partido ainda carrega muito de populismo e políticas assistencialistas. No entanto, o que mais incomoda os opositores (principalmente

representados pela APD) é a liberalização da economia e falta de ações enérgicas no tratamento de questões externas.

A APD poderia ser bem descrita como um movimento de negação das conquistas democráticas no país. Defende, dentre outras coisas, a diminuição do peso do voto popular na escolha dos parlamentares, que deveriam ser apontados majoritariamente pelo poder real. Isso é a "democracia funcional" defendida. A APD também é a favor de restrições ao capital estrangeiro no país, assim como condena as privatizações. Além disso, é hiper-nacionalista e defende uma posição firme do país principalmente no que se refere às disputas fronteiriças com o Camboja, alegando que Thaksin teria adotado uma postura branda devido a negócios escusos que suas empresas manteriam com o país vizinho.

Outras questões de política externa regional importantes para a Tailândia são disputas fronteiriças também com Laos e Malásia, a questão de refugiados vindos de Mianmar e o tráfico transfronteiriço.

O sudeste asiático na sua parte continental é uma região de Estados mais ou menos de mesmo tamanho e população cercada por grandes potências. Além de China e Índia, Japão e Estados Unidos também são poderes de destaque.

O fim da Guerra Fria fez sua a importância global diminuir, gerando um vácuo de poder por parte dos Estados Unidos, que também já podia ser identificado desde meados da década de 70. A partir de então, regionalmente sua relevância ganha destaque, principalmente por meio dos volumosos aportes de capitais japoneses na estrutura produtiva, indicando que o lado econômico sobrepunha o político. Assim, em certa medida aberturas econômicas já vêm recebendo grandes incentivos, o que não tem sido acompanhado por aprimoramento democrático. Questões regionais como o tráfico de drogas e as pendências fronteiriças são características do relacionamento entre os países da região, na sua maioria totalitários e semi-democráticos.

Nessas condições, aparentemente potências ocidentais parecem entender que ter deixado um vácuo de poder teria sido um erro estratégico e uma forma de tornar a região menos instável não

escaparia da fórmula 'economia de mercado e democracia'. Avanços na área da economia já foram satisfatoriamente alcançados (desde meados da década de 80 até a crise de 97 o crescimento econômico anual girou em torno de 10%, e o que se sucedeu à crise foi uma recuperação anual de crescimento em torno de 5%), mas o modelo político ainda é demasiadamente instável, o que pode ser demonstrado pelos governos (apesar de democraticamente eleitos) bastante violadores de direitos e pelos movimentos de contestação que são contrários até mesmo aos processos democráticos.

Nesse contexto, a continuidade dos grupos no governo que sofrem oposição desde as eleições de 2001 sugerem continuidade também das convulsões políticas. Há, contudo, dois atores internos com grande capacidade de influenciar os processos: a monarquia, que tem se recusado a entrar nas disputas, mas, como já fez em outros momentos de instabilidade no país, pode organizar um novo governo de conciliação como preparativo para eleições populares e o Exército. Caso a situação se agrave é de se esperar a possibilidade de uma nova intervenção militar, ainda que o Exército negue qualquer intenção nesse sentido.

Forças ocidentais têm-se mostrado ausentes no panorama político interno. Mas isso é fácil de se compreender quando se mostram as opções de escolha: apoiar ou a continuidade de políticas de Thaksin, ele mesmo condenado por corrupção, ou movimentos de esmorecimento democrático. O mais adequado parece ser esperar pelo desenrolar dos acontecimentos e observar de que forma menos perderia a democracia.

Recebido em 10/10/2008
Aprovado em 16/10/2008

Palavras chaves: Tailândia, democracia, crise interna
Key words: Thailand, Democracy, internal crisis

Resumo: o artigo trata da política da Tailândia. Nesse sentido, aborda as dificuldades de êxito do regime democrático no país.

Abstract: the article deals with Thailand's policy. It discusses the difficulties related to the success of the democratic regime in the country.



O liberalismo está em apuros?

Is liberalism ceasing to exist?

XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 54 a 60]

A atual crise que assola a economia norte-americana e vem se expandindo globalmente gera muita incerteza na economia mundial, e críticas duras vem sendo feitas à maneira como o governo Bush procura resolver o problema.

A presente análise oferece uma breve explicação das dinâmicas da crise, iniciada no mercado imobiliário, da explosão da bolha de créditos podres no mercado hipotecário e da expansão do colapso, afetando o sistema de créditos como um todo. Também trata da solução buscada pelo governo norte-americano. Em um último momento, retoma-se a questão do liberalismo: após se fazerem ouvir pronunciamentos freqüentes sobre o fim da era neoliberal é importante buscar o significado desta crise, se ela representa realmente uma retração do liberalismo e os cenários que podem ser desenhados.

A crise no sistema financeiro

O mercado imobiliário dos EUA sofreu grande expansão desde 2001, aproveitando-se das baixas taxas de juros que o FED (o Banco Central americano) propiciava (em 2003, por exemplo, os juros do FED chegaram a cair para 1% ao ano). O mercado de imóveis era bastante atrativo como forma de investimento, havendo grandes expectativas de valorização do mercado, além do uso de hipotecas, de forma a utilizar o dinheiro do financiamento. Era tal a demanda por imóveis devido às taxas baixas de juros nos financiamentos imobiliários e hipotecas, que crédito passou a ser concedido em situações com grande risco de inadimplência, o chamado crédito *subprime*, caracterizado por clientes de baixa

renda, com dificuldade de comprová-la e por vezes com histórico de não-pagamento.

O grande número de empréstimos *subprime* foi concedido porque, apesar do alto risco de inadimplência, estes empréstimos oferecem uma taxa de retorno mais alta, para compensar seu risco, sendo assim um investimento arriscado, mas que caso dê certo, pode oferecer maiores lucros. Em busca destes maiores rendimentos, gestores de fundos e bancos compram os títulos *subprime* das instituições que fizeram o primeiro empréstimo permitindo o empréstimo de uma nova quantia em dinheiro, antes mesmo da primeira concessão de crédito ser paga, sendo que isto pode acontecer ainda outras vezes, em uma cadeia de venda de títulos. O problema deste tipo de crédito é que se o tomador do empréstimo inicial não puder pagar sua dívida inicia-se um ciclo de não recebimento, gerando insegurança na compra desses créditos que pode levar, em última instância, a uma retração na concessão de créditos e assim, a uma crise de liquidez.

A partir de 2004 a taxa de juros subiu de 1% para 5,35%, aumento que encareceu o crédito e diminuiu a demanda por imóveis, sendo esta superada pela oferta. Conseqüentemente, os preços despencaram. Também cresceu a inadimplência de devedores, tendo como conseqüência o desaquecimento da economia norte-americana, pois menos liquidez (dinheiro disponível) significa menos consumo, menos lucros para as empresas e menos contratações.

Os créditos gerados nos EUA podem ser convertidos em ativos que vão render juros para investidores na Europa e outras partes do mundo,

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise de Relações Internacionais – LARI (bruxaman@gmail.com).

assim, no contexto de globalização financeira a crise americana influencia os mercados globais. O mercado imobiliário passou a reagir em pânico com o estouro da bolha especulativa e grandes empresas de financiamento imobiliário passaram a sofrer os efeitos da retração; a American Home Mortgage (uma das 10 maiores empresa do setor de crédito imobiliário e hipotecas dos EUA), por exemplo, pediu concordata. Bancos como Citigroup, UBS e Bear Stearns também têm anunciado perdas e prejuízos decorrentes da crise.

Possibilidades de solução

Para George Friedman, há três visões possíveis sobre a atual crise. A primeira é que a atual crise financeira não tem solução, seja estatal ou de mercado. Isto porque recursos em excesso já foram esgotados e a crise tem muitas ramificações. Nesta visão um período longo de austeridade e disciplina é inevitável, pois a solução de mercado envolve um extenso período de depressão e políticas governamentais se mostrarão ineficazes, prolongando a crise mesmo que oferecendo alívio inicial. Os defensores desta visão não se engajam em soluções, acreditando que a situação está além de qualquer possibilidade de salvação.

O segundo ponto de vista defende a capacidade de ação do Estado, sendo uma solução autônoma do mercado já ineficaz neste problema. O mercado financeiro está na raiz do problema para os defensores desta visão, criando excesso de liquidez sem contrapartida na economia real. A solução, para este grupo, está na mobilização de recursos pelo Estado, que pode conter a crise, mesmo ela tendo sérias ramificações. A administração Bush defende esta solução, e o plano de injeção de 700 bilhões de dólares na economia norte-americana se inspira nela, escolhido por sua ação rápida e decisiva e apoiado pelo FED e pelo congresso.

O terceiro grupo argumenta, contrariamente, que a tentativa estatal de salvar o sistema financeiro por meio da mobilização de recursos é, na verdade, busca por poupar as instituições financeiras. Este grupo se subdivide em dois, uma parte defendendo

que apesar das profundas conseqüências, a crise tem solução sem ser necessário salvar os “culpados”, enquanto outra acredita que a crise é superdimensionada e o mercado se auto-regulará com a implementação de novas regulamentações.

Moral econômica e dilemas de ação coletiva

A terceira possibilidade de solução levantada anteriormente traz em questão o problema de se as instituições financeiras devem ser salvas ou não. O dilema existe por muitos acreditarem que a crise é devida a “mau comportamento” destas instituições, como a expansão de créditos de risco. As regras vigentes estabelecem que quando se investe em setores de risco, o lucro pode ser maior, mas o risco de perda é alto, demandando uma escolha entre segurança e lucro dos agentes econômicos. Quando se cria um plano de salvar as instituições financeiras, proporcionando-lhes créditos, se está garantindo a continuidade de instituições que agiram com imprudência e são, inclusive, responsáveis pela crise. É levantada a questão da justiça, de o contribuinte norte-americano ter de arcar com os custos de sustentar os “culpados” da crise.

A economia é um campo de estudos que se pretende, muitas vezes, ser pautado pela objetividade de uma ciência natural; entretanto, ela é caracterizada por decisões humanas situadas no tempo sobre a melhor forma de atingir determinados fins como a melhor forma de produção, troca, distribuição e consumo de bens, serviços e recursos disponíveis. Neste contexto, alguns temas são considerados como necessários pela grande maioria da literatura disponível, como a racionalidade dos agentes econômicos. Entretanto, mesmo com a premissa da racionalidade maximizadora que caracteriza os agentes econômicos na maioria das análises e estudos de economia, se admite que embora individualmente os agentes sejam racionais, quando se trata de ação coletiva, as soluções nem sempre são acordadas suavemente. Isto porque indivíduos ou grupos deles têm interesses diferentes, e mesmo se tivessem os mesmos interesses provavelmente o modo como desejariam atingir seus objetivos

seria diverso. O caso da crise financeira é um claro problema de ação coletiva. Num primeiro momento, a racionalidade maximizadora e individualista indicava que todos tendiam a investir no setor imobiliário pelas vantagens que ele oferecia, e isto se prolongou até o momento em que os agentes, individualmente, perceberam que aquele setor não poderia crescer muito mais sem a contrapartida da economia real no setor. Então se iniciou a fuga do setor imobiliário, sendo ela catalisada pela percepção, que todos os agentes possuíam, de que todos os outros estariam, assim como eles, racionalmente fugindo do mercado em questão.

Mesmo se prevendo a solução da crise o problema persiste, pois os agentes econômicos, confrontados com uma mesma situação no futuro, devem agir exatamente da mesma maneira. Isto não porque os empresários e os demais agentes econômicos sejam bons ou maus, mas porque eles têm que sobreviver e, para isto, buscam a melhor escolha no contexto que lhes é oferecido.

Ao solucionar o problema investindo centenas de bilhões no mercado, o governo americano pode estar incentivando o mesmo comportamento no futuro, ações de risco por parte dos agentes econômicos, que sabem que se suas perdas forem danosas à economia como um todo, eles serão salvos. Recompensar erros pode não ser a saída de maior valor moral não somente por seu valor intrínseco, mas pelo que incentiva no longo prazo. Para minimizar o incentivo do comportamento de alto risco, na solução da crise deve estar inserida a aquisição de partes das companhias sendo salvas pelos salvadores, no caso, pelo governo norte-americano. Isso garante que, quando estiverem novamente fortes, os ganhos destas não companhias serão distribuídos somente entre os responsáveis pela crise.

Não se pode afirmar que a aprovação do plano de 700 bilhões, um pouco alterado do que era a proposta inicial da administração Bush, pelos parlamentares norte-americanos não seja a solução mais racional. O congresso se encontrava sob pressão devido à aproximação das eleições, sendo os contribuintes descontentes com um plano que lhes irá custar muito bem distante do perfil de eleitores

desejados pelos parlamentares. Por outro lado, eles também eram coagidos pelo conhecimento de que, a cada instante, a não aprovação do plano de ajuda desacreditava mais a economia americana, multiplicando, por meio das percepções dos agentes, os efeitos da crise. Há exemplos anteriores de crises solucionadas da mesma maneira como esta pretende ser resolvida que demonstram a recorrência do comportamento gerador da crise, mas o que mais se poderia fazer?

O liberalismo

Etimologicamente, liberalismo refere-se à liberdade, sendo que o posicionamento liberal privilegia noções de liberdade e tolerância sobre justiça e intervenção. O liberalismo inclui duas posições políticas: uma pró-individualista, de pessoas e governo, conservadora e economicamente liberal que pode ser chamada de liberalismo clássico ou neoliberalismo, e outra, pró-estatal, ou social-democrata: o liberalismo moderno ou novo liberalismo. O liberalismo moderno enfatiza a pluralidade, tolerância e justiça, além da criação de oportunidades por meio de processos políticos e pelo Estado, que acreditam dever ser ativo e intervencionista garantindo a igualdade de oportunidades, a exemplo de John Stuart Mill. Esta ênfase na igualdade é criticada pelos liberais clássicos, defendendo que se a distribuição de talentos é desigual, tentativas de reduzir esta diferença ferem o princípio da liberdade dos mais talentosos ao buscarem seu sucesso.

O liberalismo defende a tolerância para com os outros seres humanos, a liberdade em outros setores da vida humana que não o político (*a res publica*). A vida privada dos indivíduos deve ser livre, inclusive para errar, podendo os indivíduos aprender com seus erros ou viver na ignorância se assim desejarem; os liberais vêem com desconfiança os técnicos e especialistas interferindo nos assuntos dos outros. A vida deve, em resumo, ser auto-orientada, e não seguir um caminho imposto. Mas como se garantir as condições nas quais se pode desenvolver esta vida?

Otimistas, os liberais derivam uma noção de natureza humana embasada filosoficamente na teoria

de Locke (*Ensaio sobre o entendimento humano*), de que as pessoas nascem sem idéias inatas e o ambiente, experiências e a criação os moldam; o que implica para os liberais em rejeição do elitismo e de hierarquias políticas naturais ou dinásticas. Todo indivíduo tem potencial para se desenvolver, e aí se inserem as instituições, necessárias para proteger as liberdades negativas para os clássicos (direito de defesa contra agressões e roubo) e as liberdades positivas para aos modernos (direito a certo padrão de vida). Se as instituições não funcionam de acordo com sua função, de defender certos princípios liberais, elas devem ser reorganizadas, para beneficiar a maioria (grande parte dos pensadores liberais defende o *utilitarismo*).

Liberais modernos ou clássicos se embasam em teorias contratualistas para enfatizar a liberdade individual e a defesa das condições necessárias para o desenvolvimento pleno humano. Isto não implica que liberais acreditem que o contrato social aconteceu em algum momento, mas se trata de um modelo que apresenta critérios que acreditam ser necessários para o estabelecimento da sociedade e, por eles, justificam o papel do Estado. O Estado liberal tem o dever da imparcialidade e, assim, tratar os indivíduos igualmente, avaliando o que é moral com neutralidade (suposição criticada por não liberais, pois a pretensa neutralidade do Estado liberal corresponde a interesses de grupos específicos). Esta posição do Estado permite liberdade para os indivíduos, iguais perante a lei e o Estado, busquem realizar sua vida como desejarem, com direito à propriedade. Liberais modernos tendem à defesa de governos mais interventores, que produzam o ambiente político favorável ao desenvolvimento humano, defendendo o papel de reformas mais do que liberais clássicos ou conservadores. O ambiente político favorável não tem significado estabelecido, pode ser a garantia da paz, do livre mercado, de diálogo e compreensão multiculturais, implementados globalmente, para uma sociedade mundial por meio de instituições, e não unilateralmente.

Além das divergências sobre o que define liberdade, os liberais se diferenciam quanto ao significado da propriedade privada e da ordem de mercado.

Para os clássicos, liberdade e propriedade estão intimamente ligadas, sendo o sistema de propriedade privada o único consistente com a liberdade individual e a ordem de mercado a cristalização da liberdade (há todo um espectro de visões acerca do tema, entre o liberalismo extremo quase anarquista até aqueles que dedicam papel especial para o Estado em políticas sociais e econômicas, mas os neoliberais concordam sobre a importância fundamental da propriedade privada em uma sociedade livre). O novo liberalismo questiona a ordem de mercado baseada na relação íntima entre propriedade e liberdade pessoais. Esta visão adquiriu força no final do século dezenove e início do século vinte, quando o livre mercado não provia um equilíbrio sustentável, devido em grande medida às experiências da Primeira guerra Mundial. A descrença no mercado aumentava a confiança no Estado supervisor, eleito democraticamente e, portanto, representativo dos desejos da comunidade social.

Têm-se levantado comparações entre a atual crise e a crise de 1929, os desdobramentos desta última podendo ser estendidos a fatos de grandes dimensões como o fim do Império Britânico e a II Guerra Mundial. Também se fazem previsões do modo de vida do Ocidente entrando em colapso, marcando o fim do liberalismo. Entretanto, a crise, apesar das dimensões globais que possui devido à globalização do sistema financeiro, ocorre nos EUA, e o salto disso à conclusão do fim do liberalismo é demasiado apressado. Primeiramente é preciso analisar se a crise é uma crise liberal, isto é, se as instituições liberais estão em crise. A conjuntura atual tem raízes em políticas que contrariam a proposta liberal clássica, existindo críticas às políticas econômicas dos EUA e da União Européia, que têm permitido a emissão exagerada de moeda fiduciária para a manutenção de seus déficits. Esta prática demonstra um sistema marcado pelo desequilíbrio e pela emissão descontrolada de dinheiro para sustentá-lo, possibilitando o surgimento de instituições bancárias “podres”, amparadas no crédito barato.

A solução liberal clássica, de permitir simplesmente que os falidos quebrem não é viável neste momento, pois isto implicaria perdas muito duras

para todo o sistema. O sistema financeiro necessita de mais crédito e uma intervenção neste momento pode gerar inflação e enfraquecimento do dólar, mas uma recessão pode ser superada como foi em casos semelhantes anteriores. Empiricamente, a hipótese de inação do Estado norte-americano era improvável, pois tradicionalmente ele é interventor, não permitindo, em 75 anos, que numa situação de crise extrema o mercado defina os resultados por si só. A justiça parece propor que o melhor seja que cada um arque com as conseqüências de seus erros e de suas falências. Entretanto, as conseqüências da inação estatal podem ser maiores e o Estado deve garantir um ambiente propício ao desenvolvimento liberal da sociedade, no que concordam liberais modernos ou clássicos.

A crise atual não significa o fim do livre mercado, e muito menos do liberalismo, a questão é se o plano norte-americano terá sucesso e salvará a economia estadunidense, se isto será o suficiente para conter a crise global e não favorecerá um sistema de princípios que coloque a segurança e as garantias de sucesso antes da liberdade.

Combate à crise

Foi anunciada no início de setembro uma ajuda de até US\$ 200 bilhões do governo americano para as duas maiores empresas hipotecárias americanas, a Fannie Mae e a Freddie Mac. Isto porque elas possuem quase a metade dos US\$ 12 trilhões em empréstimos para a habitação nos EUA, sendo consideradas tão grandes e tão importantes para o sistema financeiro que sua falência provocaria enorme turbulência nos sistemas norte-americano e global (segundo secretário do Tesouro dos EUA, Henry Paulson). Entretanto, o governo não ofereceu tal ajuda para o banco Lehman Brothers, mesmo este prevendo prejuízo de US\$ 3,9 bilhões e anunciando uma reestruturação além da busca de vender uma parte sua ao Banco de Desenvolvimento da Coréia do Sul, negociação que acabou sem acordo. O banco acabou declarando falência e proteção sob o Capítulo 11 (seção da legislação americana que regulamenta falências e concordatas).

Como medida emergencial para evitar uma desaceleração ainda maior da economia – que é movida pelo consumo – o presidente americano sancionou em fevereiro um pacote de estímulo que incluiu o envio de cheques de restituição de impostos a milhões de norte-americanos. Além disso, o parlamento americano aprovou o plano de ajuda financeira do governo, cujos principais pontos são:

- 700 bilhões de dólares serão destinados à ajuda financeira em etapas, sendo os primeiros 250 bilhões já autorizados;
- o secretário do Tesouro pode determinar os métodos de compra dos ativos, que incluem hipotecas residenciais ou comerciais e instrumentos relacionados originados até 14 de março de 2008 (bancos centrais ou instituições estrangeiras não participam do plano);
- o secretário do Tesouro deve responder regularmente a novo painel do congresso com poder de cuidado do plano;
- o governo deve obter parte das companhias que concedem a ajuda, de modo que o contribuinte possa participar dos lucros se as companhias se recuperarem, excetuando aquelas que obtiveram menos de 100 milhões em investimentos podres. Além disso, ao Tesouro adquirir parte de empresa, os 5 maiores executivos devem limitar sua compensação;
- executivos contratados após perda de 300 bilhões em ativos via leilão não podem obter os “golden parachutes” (acordo que prevê que os empresários devam ser beneficiados no caso de a empresa ser comprada e eles dispensados);
- o FED pode pagar juros em reservas bancárias a partir do 1º de outubro, minimizando a crise de crédito;
- o tesouro deve criar projeto de estudo sobre padrões de contabilidade do mercado (criticados como culpados pela crise dos ativos) e programa alternativo de seguros para os empréstimos problemáticos que seriam pagos às companhias participantes;

- o governo federal pode estabelecer procedimentos de execução de hipoteca em imóveis comprados sob o plano;
- se o governo perder por 5 anos no programa, o Tesouro deve criar plano de taxar as companhias participantes no plano para recuperar as perdas do contribuinte.

Há exemplo de planos de mesma natureza anteriores que funcionaram, como no caso da empresas aéreas após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, de empecilhos em vôos e ausência de crédito. O governo cedeu 10 bilhões de dólares recebendo parte nas ações das empresas em troca da ajuda, e no fim, o contribuinte acabou lucrando 300 milhões de dólares. A crise de Savings and Loans (S&L) dos anos 1980 e 1990 também foi marcada por crise de crédito além de fraude, e o governo estabeleceu a Resolution Trust Corporation (RTC), uma empresa que deveria cuidar dos ativos e tentar vendê-los. Esta operação foi revertida em 80% de lucro, grande sucesso para ativos falidos.

Estes exemplos de sucesso trazem otimismo para a solução da crise financeira, mas antes de se admitir que a solução está a caminho, é preciso levantar alguns pontos: a possibilidade de o plano implementado não funcionar persiste, visto que a atual crise tem magnitude muito maior do que os exemplos citados; a questão de como devem ser distribuídos os fundos, entre quais companhias; e, finalmente, a justiça desta solução, distribuindo os custos de poucos agentes amplamente entre os contribuintes.

Repercussões

Segundo Dominique Strauss-Kahn, diretor geral do FMI, a economia mundial deve sofrer desaceleração como um todo, havendo a possibilidade de desaparecimento de muitos atores do mercado, como bancos de investimentos independentes, o que, por sua vez pode causar grande retração no sistema financeiro. A Europa pode adquirir maior grau de autoridade moral e influência financeira, enquanto o receio de se investir na economia norte-americana pode enfraquecer o dólar ainda mais, aumentando a

inflação e a dívida dos EUA, aumentando o custo de vida para a população norte-americana.

Uma redução na demanda norte-americana pode ocasionar redução no crescimento asiático, o que reduziria a renda destes países, provocando diminuição na busca por commodities como um todo. Assim, a crise pode gerar uma queda na renda mundial, o que prejudicaria as exportações de commodities dos países emergentes, afetando, assim, sua renda. Com o dólar valorizado, os exportadores ficam mais competitivos, podendo haver queda das exportações brasileiras se o comércio mundial se retrair devido à contração da renda mundial gerada pela crise. As contas externas do Brasil podem ser afetadas e a economia do país pode enfrentar dificuldades. Entretanto, se a demanda não diminuir, a elevação do preço do dólar pode gerar um aumento da renda do campo, devido à maior remuneração do produtor.

A alta do dólar pode elevar a inflação brasileira, devido ao encarecimento dos insumos importados, podendo haver uma diminuição da oferta agregada se as importações diminuïrem. Deve também impactar em uma possível elevação da taxa de juros interna de modo que, mesmo com uma boa administração da crise, o que já se perdeu de crédito e capital no sistema financeiro basta para impor uma forte desaceleração. A maior parte da arrecadação do governo brasileiro vem da combinação de crescimento econômico acelerado com um sistema tributário pesado. Como é esperada uma desaceleração da economia mundial, incluindo o Brasil, e menos crescimento implica menos receita, a melhor estratégia no momento é cortar gastos, de modo que se a queda na arrecadação for muita, o governo estará preparado.

Há confiança no sistema brasileiro: o ex-ministro da Fazenda Bresser-Pereira afirmou que o sistema nacional bancário brasileiro é sólido e não está ameaçado pela crise norte-americana. O atual ministro Guido Mantega acredita que haverá quedas no preço das ações dos bancos brasileiros devido às repercussões do mercado, mas nada mais sério. Ele aposta na retração do crescimento mundial, mas esta não deve interromper o ciclo de crescimento do Brasil,

prevendo a tomada de medidas fiscais se necessário. O presidente do Banco Central brasileiro, Henrique Meirelles, afirmou que os bancos brasileiros possuem mais dinheiro que o recomendado pelo BC e não estão sujeitos ao crédito *subprime*, como os EUA. Ele sustenta que o Brasil está preparado para uma crise como essa tendo diminuído sua dívida internacional, aumentado suas reservas internacionais e se tornado credor externo. A BOVESPA, bolsa brasileira, tem sofrido com a crise, no entanto, o seu efeito não tem causado estrangulamento do consumo. O Brasil parece não sofrer com desconfiças ou grandes temores face ao futuro, sendo um sinal interessante disto o fato de a crise financeira vir sendo muito debatida nas seções de economia dos jornais brasileiros inclusive nas notícias de primeira página na véspera das eleições.

Cenários

Com a aprovação do plano de ajuda injetando centenas de bilhões na economia americana, o mercado financeiro pode se acalmar. Entretanto, a desconfiança sobre a estabilidade do mercado americano pode continuar por tempo indeterminado, e no longo prazo pode retraindo o crescimento econômico global e reduzir os investimentos externos, canalizando-os para ambientes de maior segurança, como títulos da dívida pública do país, ou investimentos em produtos de valor intrínseco, como ouro, prata e petróleo. A retração de crédito internacional, decorrente desse fluxo de capitais para outros focos de investimento, pode penalizar as economias emergentes. Entretanto, se as bolsas voltarem a seu patamar normal de funcionamento e a renda mundial não cair, as economias emergentes não precisam se preocupar com a retração do comércio internacional, que poderia afetá-las fortemente devido à queda no preço e na demanda das commodities. O aumento do custo de vida norte-americano e a conseqüente queda de demanda, no entanto, são fontes de preocupação, pois podem gerar queda na renda mundial, retraindo o comércio internacional, o que pode ser problemático para a economia dos emergentes dependentes da exportação de commodities.

A lição a ser tirada da crise é que não se deve permitir que a situação chegue a esse ponto, sendo que isto pode ser conseguido de duas maneiras: uma é permitindo que o mercado se auto-regule, mesmo nos momentos de crise; que indica ser um caminho com percalços mais dolorosos e agentes mais cautelosos. A outra forma de se prevenir crises desta magnitude é por meio da regulamentação e fiscalização. Se a história fizesse prever que o mercado não seria sustentado em momentos de crise, investimentos de risco seriam evitados, e os agentes econômicos seriam, em sua racionalidade, mais cuidadosos. Entretanto, o *path dependence*, ou os processos econômicos situados na história, faz prever que mesmo a economia norte-americana não é tão classicamente liberal para adotar esta estratégia, e a intervenção estatal vem para salvar o jogo liberal.

Referências

<http://plato.stanford.edu/entries/liberalism/>
<http://www.iep.utm.edu/p/polphil.htm>
<http://news.bbc.co.uk/1/hi/business/7648330.stm>
<http://www.cnbc.com/id/26940315>
http://www.stratfor.com/weekly/20080930_political_nature_economic_crisis
http://ultimosegundo.ig.com.br/bbc/2008/09/25/em_alta_lula_decreta_fim_da_era_neoliberal_1937086.html

Recebido em 12/10/2008

Aprovado em 17/10/2008

Palavras chaves: Estados Unidos, crise econômica, liberalismo

Key words: United States, financial crisis, liberalism

Resumo: o artigo trata da crise econômica. Ele analisa a ação do governo americano para tentar solucionar a crise.

Abstract: the article deals with the economic crisis. It analyses the action of the American government to try to solve the crisis.